



**JULIANA DA SILVA LOPES KALOCZI**

**DO EDUCADOR GOVERNANTE À  
RACIONALIDADE NEOLIBERAL DA  
PROFISSÃO DOCENTE**

**LAVRAS-MG**

**2021**

**JULIANA DA SILVA LOPES KALOCZI**

**DO EDUCADOR GOVERNANTE À RACIONALIDADE  
NEOLIBERAL DA PROFISSÃO DOCENTE**

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Lavras, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação do Mestrado Profissional em Educação, área de concentração em Formação de Professores, para a obtenção do título de Mestre

Prof. Dr. Carlos Betlinski

Orientador

**LAVRAS-MG**

**2021**

**Ficha catalográfica elaborada pelo Sistema de Geração de Ficha Catalográfica da Biblioteca  
Universitária da UFLA, com dados informados pelo(a) próprio(a) autor(a).**

Kaloczi, Juliana da Silva Lopes.

Do educador governante à racionalidade neoliberal da profissão docente / Juliana da Silva Lopes Kaloczi. - 2021.

62 p.

Orientador(a): Carlos Betlinski.

Dissertação (mestrado profissional) - Universidade Federal de Lavras, 2021.

Bibliografia.

1. O educador governante e a formação social do indivíduo em Emílio ou Da Educação. 2. A racionalidade neoliberal e a subjetivação do neossujeito. 3. Entre o neotecnicismo empreendedor e a autoridade docente. I. Betlinski, Carlos. II. Título.

**JULIANA DA SILVA LOPES KALOCZI**

**DO EDUCADOR GOVERNANTE À RACIONALIDADE NEOLIBERAL DA  
PROFISSÃO DOCENTE**

**FROM THE GOVERNING EDUCATOR TO RATIONALITY NEOLIBERAL OF  
THE TEACHING PROFESSION**

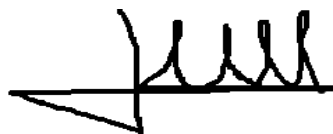
Dissertação apresentada à Universidade Federal de Lavras, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação do Mestrado Profissional em Educação, área de concentração em Formação de Professores, para a obtenção do título de Mestre.

APROVADA em 25 de agosto de 2021.

Dr. Alex Sander da Silva

Dr. Vanderlei Barbosa

UNES  
UFLA



Profa. Dr. Carlos Betlinski

Orientador

**LAVRAS- MG**

**2021**

## **AGRADECIMENTOS:**

Ao professor Dr. Carlos Betlinski, pela orientação, paciência, amizade e comprometimento, que foi de grande importância para a concretização deste trabalho e para meu crescimento profissional.

À Universidade Federal de Lavras (UFLA), e ao corpo docente do Programa de Pós-graduação em Educação – PRPG pelas vivências e ensinamentos.

À minha família que esteve sempre ao meu lado me apoiando ao longo de toda a minha trajetória.

Ao meu esposo pela compreensão e paciência demonstrada durante o período da pesquisa.

Aos amigos Eloenia Oliveira, Jessica Kellen Rodrigues, Paloma Cristine, Thalia Fersi e Wanderley Bittencourt pela ajuda, incentivo e amizade.

## RESUMO

A educação tem papel decisivo e transformador no processo de formação humana, e nesse contexto, o professor possui um lugar de extrema relevância na perspectiva de contribuir para a preparação dos sujeitos que participarão da vida em sociedade. Portanto, a investigação crítica da prática docente constitui um ponto central das pesquisas em educação. Tendo isso em vista, o presente trabalho, que será constituído por três artigos que dialogam entre si, apresenta, como cerne, a reflexão sobre uma possível a prática docente, tendo um olhar mais específico para o papel do educador no contexto da sociedade neoliberal. O objetivo deste trabalho é o de promover reflexões sobre o lugar do educador frente a situação atual da educação, e como, ao pensar em um educador nos moldes propostos de um educador governante, é possível considerar um avanço na formação escolar e social do educando. Nosso percurso terá início na reflexão do conceito de educador governante presente em um estado de natureza hipotético, apontado pelo filósofo Jean-Jacques Rousseau, sobretudo, em sua obra *Emílio ou Da Educação* (2004). Nesse momento objetivamos caracterizar a pedagogia natural proposta pelo autor, na medida em que buscamos compreender o papel do docente nesse processo e como se configura a relação entre educador, educando e saber, na formação do indivíduo e da sociedade. Realizado esse primeiro estágio de análise, nos transportamos para nossa atual conjuntura, de modo a delinear e elucidar como uma formação educacional que se caracteriza enquanto tecnicista, construída pelo e para o mercado de trabalho, com base em uma lógica político-econômica chamada neoliberal, impacta tanto a educação quanto o próprio educador. Para tal, nos apoiaremos na obra *A Nova Razão do Mundo - Ensaio Sobre a Sociedade Neoliberal* (2016), de Pierre Dardot e Christian Laval a fim de caracterizar o neossujeito que surge a partir dessa corrente. Traçado esse percurso, nosso objetivo é o de considerar quais os caminhos essa sociedade está percorrendo e como a educação e, principalmente, o educador, se configuram frente a uma nova lógica de vida. Ainda seguindo a proposta de pensarmos o docente na contemporaneidade e como considerarmos possíveis atualizações da pedagogia natural do filósofo genebrino para esse contexto, nosso terceiro artigo busca investigar a autoridade pedagógica em meio ao contexto neoliberal, retomando os conceitos de emancipação, liberdade e humanismo defendidos por Rousseau. Para consolidação deste último passo iremos recorrer também à Hannah Arendt e a concepção de autoridade tratada por ela em sua obra *Entre o passado e o Futuro* (2001), de modo a considerarmos a relevância de tal conceito para a prática docente em vista de uma formação humana integral, enquanto instrumento de equilíbrio entre tecnicismo na cultura audiovisual e humanismo.

**Palavras-Chave:** Educação. Formação. Tecnicismo. Autoridade. Prática Docente

## **ABSTRACT:**

Education plays a decisive and transforming role in the process of human formation, and in this context, the teacher has an extremely important role in contributing to the preparation of the subjects that will participate in life in society. Therefore, the critical investigation of teaching practice constitutes a central point in educational research. With this in mind, the present work, which will consist of three articles in dialogue with each other, presents, at its core, the teaching practice, with a more specific look at the educator's role in the context of neoliberal society. The objective of this work is to promote reflections on the educator's place in the current situation of education, and how, by thinking of an educator in the proposed molds of a governing educator, it is possible to consider an advance in the school and social formation of the student. Our journey will start by reflecting on the concept of the ruling educator present in a hypothetical state of nature, as pointed out by the philosopher Jean-Jacques Rousseau, especially in his work *Emile: or, On Education* (2004). At this point we aim to characterize the natural pedagogy proposed by the author, as we seek to understand the role of the teacher in this process and how the relationship between educator, student, and knowledge is configured in the formation of the individual and of society. After this first stage of analysis, we move on to our current situation, to delineate and elucidate how an educational formation that is characterized as technicality, built by and for the labor market, based on a political-economic logic called neoliberal, impacts both education and the educator himself. To this end, we will rely on the work *The New Way of the World: On Neoliberal Society* (2016), by Pierre Dardot and Christian Laval to characterize the neo-subject that arises from this current. Having traced this path, our goal is to consider which paths this society is taking and how education and, especially, the educator, are configured in the face of a new logic of life. Still following the proposal of thinking about the teacher in contemporaneity and how to consider possible updates of the natural pedagogy of the philosopher from Geneva for this context, our third article seeks to investigate the pedagogical authority amid the neoliberal context, resuming the concepts of emancipation, freedom, and humanism defended by Rousseau. To consolidate this last step, we will also resort to Hannah Arendt and the concept of authority treated by her in her work *Between the Past and the Future* (2001), to consider the relevance of such concept for teaching practice because of an integral human formation, as an instrument of balance between technicality in audiovisual culture and humanism.

**Keywords:** Education. Education. Technicality. Authority. Teaching Practice.

## SUMÁRIO

<b>RELATÓRIO DE DESENVOLVIMENTO DE PESQUISA .....</b>	<b>1</b>
<b>Artigo 1 - O EDUCADOR GOVERNANTE E A FORMAÇÃO SOCIAL DO INDIVÍDUO EM <i>EMÍLIO OU DA EDUCAÇÃO</i>.....</b>	<b>6</b>
<b>1 INTRODUÇÃO: .....</b>	<b>6</b>
<b>2 Princípios fundamentais da pedagogia natural de Rousseau .....</b>	<b>7</b>
<b>3 O educador governante e a formação política para a sociedade democrática .....</b>	<b>13</b>
<b>4 Considerações finais.....</b>	<b>22</b>
<b>Referências:.....</b>	<b>23</b>
<b>Artigo 2 – A RACIONALIDADE NEOLIBERAL E A SUBJETIVAÇÃO DO NEOSSUJEITO.....</b>	<b>25</b>
<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>25</b>
<b>2 Racionalidade neoliberal e a constituição de um neossujeito.....</b>	<b>27</b>
<b>3 O neossujeito no contexto educacional.....</b>	<b>34</b>
<b>4 Considerações finais. ....</b>	<b>38</b>
<b>Referências:.....</b>	<b>40</b>
<b>Artigo 3 - ENTRE O NEOTECNICISMO EMPREENDEDOR E A AUTORIDADE DOCENTE.....</b>	<b>42</b>
<b>1 INTRODUÇÃO.....</b>	<b>42</b>
<b>2 A concepção educacional de Rousseau: o pedagogo governante .....</b>	<b>44</b>
<b>3 Hannah Arendt: educação e autoridade .....</b>	<b>48</b>
<b>4 Os desafios da autoridade pedagógica no contexto do neotecnismo e da cultura audiovisual .....</b>	<b>53</b>
<b>5 Considerações finais.....</b>	<b>59</b>
<b>Referências:.....</b>	<b>61</b>



## RELATÓRIO DE DESENVOLVIMENTO DE PESQUISA

### **1.º Artigo - O educador governante e a formação social do indivíduo em *Emílio ou Da Educação***

No primeiro artigo, buscamos realizar a análise do conceito de educador governante presente na obra *Emílio ou Da Educação*, do filósofo genebrino Jean-Jacques Rousseau (1712-1778), a fim de circunscrever a relevância de tal conceito para o projeto pedagógico do autor, na tentativa de refletirmos sobre as considerações acerca do papel do educador governador e como elas podem colaborar para se pensar as práticas docentes atuais. Apontamos, nesse momento, o desenvolvimento de saberes naturais ocorridos na e para própria natureza somados a formação político-pedagógica dos sujeitos envolvidos no processo de ensino aprendizagem. Nessa perspectiva, buscamos, a partir de um ensaio crítico, considerar uma possível atualização do conceito de educador governante para compor essa prática docente. Para realização desse propósito nos respaldamos em análises comparativas dos textos de Rousseau, a fim de enfatizar o caráter emancipatório que a postura do educador que governa carrega consigo, propiciando que os educandos sejam protagonistas de seus mundos, na medida em que educador governante é aquele que governará o mundo do educando ensinando os limites, mostrando as possibilidades que a criança, sem auxílio, não conseguiria aprender, mas, em simultâneo, ensinando a refletir sobre as situações vividas para que possa se autogovernar, diminuindo o tempo da tutela do educador e, acelerando o processo de emancipação do educando.

Pensar o lugar do educador sempre foi um tema recorrente para os pensadores da educação. E consideramos um tema incontornável na medida em que esse educador pode ser motor de uma mudança significativa na formação do educando e da sociedade em sua totalidade. Neste sentido, o modo como o educador governante é apresentado em *Emílio* nos ajuda a compreender como a recepção para um processo de conhecimento constante, permite que o educador consiga um maior avanço da educação e da sociedade. Além disso, a troca de saberes entre educador e educando propicia que esse último consiga se pensar enquanto parte de um mundo que precisa ser conhecido por ele e que facilite a sua compreensão da formação escolar e de mundo.

Quando se coloca em pauta a ideia de um educador que precisa, antes de qualquer coisa, se educar constantemente, pensar o que fundamenta essa possibilidade, olhar de maneira crítica e trazer a importância de uma formação reflexiva para o debate com a história do pensamento sobre a educação, constitui, não só uma discussão sobre a formação do

educador, mas o processo de se pensar essa formação a constitui. Ou seja, o ato de pensar a construção do educador é uma parte desta formação e isso parece-nos um motivo legítimo para justificar essa pesquisa.

Nossa investigação foi composta por dois momentos centrais, quais sejam: 1- Princípios fundamentais da pedagogia natural de Rousseau e 2- O educador governante e a formação política para a sociedade democrática.

No primeiro momento buscamos compreender a noção de educador governante e as características que compõem essa noção, partindo da constituição do homem, segundo as concepções do filósofo. Ao ilustrarmos esse homem, realizamos, conjuntamente, a reconstituição da ideia de oposição entre o estado de natureza e o estado civil, oposição essa que se debruça sobre a crítica feita por Rousseau de que, após a saída de seu estado originário, e entrada em um contexto social, o homem se deturpa e perde sua essência. Ao preterir a liberdade e desejar intensamente o acúmulo de bens, o sujeito segue a lógica de que é preciso ter e não ser. Após essas considerações, evidenciamos o papel do educador e a proposta pedagógica rousseuniana que se dá a partir de um processo hipotético de formação educacional do aluno/personagem Emílio que, afastado da sociedade, tem sua educação centrada em seus instintos puramente naturais.

Posteriormente, ao tratarmos sobre o ideal de sociedade, tendo em vista a posição assumida pelo filósofo frente ao estado civil, bem como a impossibilidade de retorno ao estado natural, ressaltamos, conforme apontado por Rousseau, a educação como caminho para transformação do indivíduo inserido em um contexto social, e reconhecimento de sua potência na construção de uma sociedade mais justa, visando sempre a liberdade natural, marca originária do bom selvagem.

Se faz necessário pensarmos nessa educação (trans)formadora em seu viés de formação política, tendo em vista que educar é um ato político, é uma prática que busca melhorias, não apenas individuais, mas, sobretudo, dispõe esforço para organização e avanço da esfera coletiva.

Após a realização desse primeiro movimento de investigação, onde contextualizamos o projeto pedagógico e político rousseuniano, passamos agora para a segunda parte que compõe nossa pesquisa.

## **2.º artigo – A racionalidade neoliberal e a subjetivação do neossujeito**

Estamos, cada vez mais, inseridos em um mundo de informações rápidas, que chegam

a nós a todo momento, bem como, estamos nos distanciando de nossa profundidade, tudo passa a ser descartável, tudo se torna, em certa medida, superficial, até mesmo as relações humanas. Encontramo-nos, a cada dia, um pouco mais distantes do conhecimento, propriamente dito, assim como, distantes de nossos sentidos e sentimentos. Na contemporaneidade, ao considerarmos os processos educacionais, se torna insuficiente pensarmos sobre a educação sem considerarmos, conjuntamente, o mundo político-econômico, sem pensarmos, por exemplo, nas políticas públicas que modificam e direcionam o trabalho do professor em sua prática docente, alterando assim os caminhos do ensino. A partir dessas ponderações, e explorando o contexto de racionalidade neoliberal, almejamos compreender como está sendo construído o novo modelo de educação, e quais os efeitos causados nos sujeitos e no processo educacional, através dessa nova configuração de formação, fundamentalmente tecnicista e que trabalha, predominantemente, em benefício do mercado capitalista.

Fundamentando-nos na obra intitulada *A nova Razão do mundo: Ensaio sobre a sociedade neoliberal* (2016), dos escritores franceses Pierre Dardot e Christian Laval, procuramos evidenciar que, na atual conjuntura, a educação não é construída mais pela e para natureza como apontado por Rousseau, mas sim pelo e para o mercado. O sistema neoliberal, que modifica relações, pensamentos, ações, em suma, a vida, em sua totalidade, traz, para dentro do espaço escolar um caráter empresarial, em que educandos estão sendo formados, essencialmente, para o mercado de trabalho, está sendo deixado de lado o caráter humanista, particular e político desses sujeitos. Observa-se, o desenvolvimento de uma lógica geral das relações humanas, submetida a regra do lucro máximo, em que existem, segundo essa racionalidade, duas possibilidades, ou submeter-se e adaptar-se a esta nova forma de vida, de concorrência constante e implacável, ou ser deixado à própria sorte, isto é, ou é um sujeito rentável para o mercado ou será visto como alguém incapaz e fraco.

Considerando o surgimento da corrente político-econômica denominada neoliberal, exploramos essa nova razão de mundo na medida em que essa se caracteriza a partir de um Estado forte trabalhando em favor do mercado e que, através desse processo, modifica filosofias de vida dos indivíduos, criando um neossujeito.

Baseando-nos nessas transformações que surgem a partir dessa mudança, imposta, de pensamentos, evidenciamos que tais modificações são perceptíveis também na educação/instituições educacionais. Desta forma, fez-se necessário analisar as influências da lógica neoliberal para a prática educativa e quais as consequências vislumbradas a partir dessa nova forma de educar que transforma educação como prática da liberdade em educação

de caráter mercadológico. E é neste estágio que nos indagamos: Em um contexto da racionalidade neoliberal como preservar a autonomia e autoridade social e pedagógica do educador?

### **3.º artigo - Entre o neotecnicismo empreendedor e a autoridade docente**

Constitui parte dos processos educativos nos tornarmos contemporâneos de nossos próprios tempos e de formar sujeitos para a tarefa da emancipação humana. Essa realidade exige um momento analítico, destinado à interpretação de tudo que está ao nosso redor e a constante busca por esclarecimentos. Tendo em vista a pluralidade de temas estudados ao longo de nossa caminhada na educação, as discussões realizadas propiciam, para além do conteúdo teórico, contemplações de vida e da prática docente. Na atual conjuntura se torna clara a visualização de que os contextos, os educandos e os educadores se modificaram ao longo dos tempos, e para mantermos o diálogo entre esses sujeitos, principalmente em um momento em que o processo pedagógico se manifesta enquanto instrumento de formação subordinado ao mercado, é preciso que se reinvente as práticas docentes e que se constitua um novo elo pedagógico que assegure o desenvolvimento dos sujeitos em todas as suas dimensões, na construção de um projeto educacional coletivo.

Através das modificações de pensamentos e comportamentos, novas formas de ensinar e de aprender estão surgindo, as tecnologias, por exemplo, que vêm sendo difundidas cada vez mais, se bem empregadas, são instrumentos de valor significativo para contribuição de uma formação integral. No que tange ao ensino, é incontestável a grande influência das novas tecnologias associadas à produção, leitura e interpretação das múltiplas formas de expressões e linguagens, no sentido em que apresentam outras possibilidades de interação entre os envolvidos. Contudo, esse fato exige reflexão e adequação constantes quanto às condições de possibilidades de novas ferramentas e metodologias de aprendizagem, na medida em que elas devem ser utilizadas como mediadoras para criação de situações pedagógicas e não como substitutas do docente

Neste momento de nossa pesquisa pretendemos, ao dar seguimento em uma abordagem crítica sobre a educação em seu caráter mercadológico, enfatizar o lugar e a função do professor no espaço educacional, e a defesa quanto a sua autoridade frente aos princípios normativos impostos pela lógica neoliberal e aos avanços sociais, sobretudo o neotecnicismo vislumbrado na cultura audiovisual. Logo, atentando para as modificações nos mais variados âmbitos sociais, bem como, as transformações do próprio sujeito, em quais

fundamentos e procedimentos o docente pode se fiar para ser governante e autoridade de um novo elo pedagógico entre educador, educando, tecnologias e conhecimentos?

Para tal interpretação, utilizaremos da análise do termo autoridade, descrito pela filósofa política alemã Hannah Arendt (1906-1975), em sua obra *Entre o Passado e o Futuro* (1961), enquanto representação de papel social, distante da concepção de autoritarismo, ação legítima de orientação, dada aos educadores, para representarem a responsabilidade pelo processo de educar. Assim, buscamos considerar de que forma se torna um desafio a conservação da autoridade pedagógica na modernidade, e como se faz possível pensar em uma educação integral que enfatiza a relevância da autonomia e autoridade do educador governante, enquanto institucionalização do poder do educador, frente aos dilemas contemporâneos. O diálogo entre os filósofos Hannah Arendt e Rousseau se dá na necessidade de destacar o declínio que essa autoridade vem sofrendo a partir das dinâmicas educacionais da atualidade, em que o âmbito e as políticas para a escola têm sido afetadas por um neotecnicismo empreendedor. Neste sentido, pode-se concluir a necessidade de retomada de um sentido comum de mundo e uma revalorização da atividade humana por excelência: o pensar. Tal necessidade pode ser trazida para as salas de aula através da pedagogia rousseuniana, mas também pelo reforço da ideia de professor como autoridade pedagógica e social, que ensina o sentido comum do mundo aos estudantes, como propõe Arendt.

## O EDUCADOR GOVERNANTE E A FORMAÇÃO SOCIAL DO INDIVÍDUO EM *EMÍLIO OU DA EDUCAÇÃO*

**Resumo:** Neste artigo analisa-se o lugar do educador no contexto da pedagogia rousseuniana e tem-se como objeto de investigação a obra *Emílio ou Da Educação* (1762). Os objetivos propostos são a caracterização da pedagogia natural e a caracterização do papel do educador governante no processo de formação moral e política do indivíduo. Adotou-se, como método de pesquisa, a hermenêutica aplicada aos estudos bibliográficos, que além da obra supracitada, amparou-se também em livros de comentadores do filósofo Rousseau. Como resultados da discussão, observou-se que o pensador genebrino propôs uma pedagogia inovadora para seu tempo, na medida em que revoluciona a relação entre educador e educando e entre educação e sociedade, vínculos estes que são evidenciados em nossas análises. Inaugurador da chamada pedagogia natural, o filósofo alvitra uma reaproximação entre a educação e a condição natural de liberdade do educando e a formação moral e política para vida na sociedade democrática, mediada pelo educador governante.

**Palavras-chaves:** Pedagogia. Rousseau. *Emílio ou Da Educação*. Sociedade. Educador governante.

### 1 INTRODUÇÃO:

O educador tem presença central na formação do estudante e na preparação para a vida em sociedade, motivo pelo qual diversos intelectuais, ao longo da história do pensamento educacional, buscaram analisar, de maneira detida, sua importância e a maneira com que ele conduz o processo pedagógico e influencia a vida e, de modo consequente, a construção pessoal e profissional dos sujeitos que estarão inseridos nos mais diversos meios sociais. Assim, considerando a educação como parte componente, e que não pode ser dissociada do desenvolvimento da sociedade, é preciso considerar também questões humanas para além do conhecimento científico, tais como a ética, a moral e a política. Essa afirmação pode ser verificada no percurso histórico em que, pensadores de diversas épocas, ao ponderarem sobre a relação entre educação e sociedade, sugerem sempre haver um vínculo direto entre o processo pedagógico e as atividades políticas, as ações morais e diversas outras implicações para a vida em sociedade.

Dentre este grupo considerável de pensadores que desenvolveram e desenvolvem pesquisas sobre a educação e suas concepções, que buscaram e buscam compreender, debater e aperfeiçoar essa prática de trocas de saberes sobre a sociedade e os elementos que contribuem para seu bom funcionamento, destacamos aqui o filósofo genebrino Jean Jacques Rousseau (1712-1778) que inaugura, na modernidade, um modo de tecer uma pedagogia extremamente

inovadora para época. Ele rompe, de certa forma, com os ideais da tradição racionalista impositiva, seja pela forma como ele aborda o tema em suas obras, seja pela maneira como ele concebe o conteúdo propriamente dito. O filósofo propõe uma educação que não aponta a razão intelectual como única ferramenta de desenvolvimento humano, mas sim indica a construção de um conhecimento baseado, acima de tudo, em sentidos e sentimentos. A construção dessa perspectiva permite que o filósofo indique sua concepção de pedagogia natural, bem como, seu propósito e os componentes do seu ideal de educação para o homem, e é este o caminho explorado, destacando as condições e efeitos desse ousado projeto rousseauiano de educação e de sociedade.

Para isso, propõe-se como problema orientador desta investigação a questão: como Rousseau define o papel do educador no contexto de sua pedagogia e de seu projeto de sociedade?

Como objetivo geral, tem-se como proposta analisar a relação entre a pedagogia e sociedade democrática investigando a estruturação do modelo de educação disposto pelo filósofo, e como objetivos específicos define-se a caracterização do educador governante, de modo a circunscrever a relevância de seu papel para o projeto pedagógico do autor, e a compreensão de como as considerações acerca do educador que governa podem colaborar para se pensar as atuais práticas docentes. Na trajetória seguida, para realizar-se os estudos a respeito do papel do educador, adota-se o método hermenêutico aplicado à obra *Emílio ou Da Educação* (1762) e à alguns comentadores de Rousseau, especialmente os textos que se referem ao aspecto constitutivo do sujeito que pretende educar, que objetiva ser capaz de participar do processo pedagógico, que pretende a emancipação e a libertação dos indivíduos e a construção de uma sociedade política democrática.

## **2 Princípios fundamentais da pedagogia natural de Rousseau**

Além de se dedicar avidamente ao contexto filosófico, Rousseau se dedica também, em grande medida, a reflexões do âmbito pedagógico. Na obra *Emílio ou Da Educação*, a pedagogia rousseauiana é apresentada por meio do processo hipotético de formação educacional do aluno/personagem Emílio que, afastado da sociedade, tem sua educação centrada em seus instintos puramente naturais, ou seja, trata-se de uma pedagogia natural, na medida em que toda a formação do aluno se dá na esfera daquilo que é próprio da natureza humana. Todas as ferramentas dessa pedagogia visam a compreensão e estímulo daquilo que é primordial, que já pertence ao âmago do homem desde o princípio de sua existência. Esse

cenário faz parte da tentativa - constante - rousseauniana de se estudar o homem em seu estado natural, sem estar condicionado ao estado social em que se faz parte. Pode-se dizer que se trata de uma busca por enxergar o homem na íntegra, como o autor afirma: “Nosso verdadeiro estudo é o da condição humana” (ROUSSEAU, 1979 - p.15). E como parte essencial desse estudo encontra-se a educação desse humano, em que se propõe o conhecimento do educando e de suas condições de relação com o mundo, como uma forma de construir um processo formativo benéfico, sólido e que abranja os mais diversos horizontes para ele e para o meio em que está inserido.

Essa nova configuração político-pedagógica proposta por Rousseau, que se dedica, primeiramente, ao conhecimento do indivíduo alvo desse ensino, e surge como uma emergência no que tange a formação humana, passa por uma análise do que há de mais essencial no homem, a saber, sua liberdade e, é a favor dessa liberdade que a educação é pautada, por ela e para ela, e que terá como norte ao ser aplicada. “O homem realmente livre só quer o que pode e faz o que lhe apraz. Eis minha máxima fundamental. Trata-se apenas de aplicá-la à infância, e todas as regras da educação vão dela decorrer.” (ROUSSEAU, 1979 - p.54). Máxima essa que ressalta a contrariedade presente na constituição do homem civil, que não exerce o ato de ser livre em sua mais completa extensão, que vive amarrado a correntes que o aprisionam, escolhendo, muitas vezes de forma inconsciente, suas próprias prisões.

*Emílio ou Da Educação*, chama a atenção para o lugar da criança e suas vivências no processo de aprendizagem, anunciando a proposta de uma educação de caráter natural<sup>1</sup> em que se tem, como cerne do processo, o ato de ser livre e a prática da autonomia, aspectos que deverão ser preservados ao longo da vida adulta. Liberdade para educar e aprender e autonomia para colocar em prática os conhecimentos adquiridos. Contudo, notemos que será uma liberdade regrada pela própria natureza, pois, não há prática educacional sem normatividade, e esse conhecimento se dará na natureza e pela natureza, ao utilizar, como ferramenta, o educador que orienta o educando em uma pedagogia do desenvolvimento integral, não apenas da técnica, mas também no desenvolvimento de suas condições físicas e de sua moral. Tal desempenho propõe a efetiva exploração e progresso do aluno em cada fase de sua vida, desde seu nascimento até

---

<sup>1</sup> Segundo a perspectiva pedagógica rousseauniana, Cambi salienta que: “A educação deve ocorrer de modo “natural”, longe de influências corruptoras do ambiente social e sob a direção de um pedagogo iluminado que oriente o processo formativo do menino para finalidades que reflitam as exigências da própria natureza. Cabe lembrar, porém, que “natureza” no texto de Rousseau assume pelo menos três significados diferentes: 1. como oposição àquilo que é social; 2. como valorização das necessidades espontâneas das crianças e dos processos livres de crescimento; 3. como exigência de um contínuo contato com um ambiente físico não-urbano e por isso considerado genuíno” (CAMBI, p.346, 1999).



o momento em que ele consiga se governar sozinho, sem o auxílio de outrem, momento este que se daria, segundo Rousseau, por volta dos 20 anos<sup>2</sup>. Quanto a esses desenvolvimentos, moral e físico, relacionados a liberdade, o filósofo apresenta em *O Contrato Social*: “Toda ação livre tem duas causas que concorrem em sua produção: uma moral, que é a vontade que determina o ato, e a outra física, que é o poder que a executa (ROUSSEAU, 2010 - p.73)”, por esse motivo a necessidade e aspiração pelo desenvolvimento integral do indivíduo, de sua força e de sua vontade, sempre em conformidade com o que seus instintos, suas constituições corporais e a natureza o asseguram e permitem.

O método pedagógico proposto pelo filósofo cumpre o papel de meio formador de um agente livre que é educado para realização de sua liberdade essencial no estado civil. Assim, enquanto sujeito participante de um corpo social, algumas regras são descritas para estimular atividade no educando e não sua passividade. Com esse objetivo, princípios como: “Não deis a vosso aluno nenhum tipo de lição verbal. Ele deve receber lições somente da experiência” (ROUSSEAU, 1979 - p.62).

[...] Fazei deles vossos iguais para que se tornem vossos iguais e, se não podem ainda elevar-se até vós, descei até eles sem vergonha e sem escrúpulos; Pensai em que vossa honra não está mais em vós e sim em vosso aluno; reparti os erros com ele, a fim de que se corrija [...]. (ROUSSEAU, 1979 - p.206).

São, assim, princípios norteadores para que o educador consiga lidar com o educando e com essa nova forma de educar na natureza para sociedade.

Tal proposta, descrita hoje em diversos manuais de filosofia como sendo sinal do advento de uma educação moderna, que visa, em grande medida, a formação consistente e efetiva do educando, surge também com o propósito de ressignificação do papel do educador, isso é, o de ponderar sobre a própria prática de ensinar e sobre o movimento de deslocar o aluno para pistas de saberes possíveis, em diálogo com seus instintos naturais desde o princípio. Compete ao professor, para que o resultado do processo educacional seja eficaz, considerar a responsabilidade ética da tarefa docente enquanto prática especificamente humana.

Diante de uma pluralidade de sentimentos e sensações, educador não é aquele que (se) limita, e sim aquele que entende as possibilidades e necessidades de si mesmo e de seus

---

<sup>2</sup> A adolescência não é a idade nem da vingança nem do ódio; é a da comiseração, da clemência, da generosidade. Sim, sustento-o e não temo ser desmentido pela experiência: um menino que não é mal nascido e que conservou até vinte anos sua inocência é nessa idade o mais generoso, o melhor, o mais amante e o mais amável dos homens. Nunca vos disseram coisa semelhante, bem o creio; vossos filósofos, educados na corrupção dos colégios, não cuidam de saber isto. (ROUSSEAU 1979 - p.54)

educandos e busca o novo, se adapta, se modifica e se desenvolve. Educador é aquele que deve estar em constante (trans)formação, pois, a cada novo educando um novo processo de estudo se inicia. No tocante a essa questão, Rousseau alerta: “Começai, portanto, estudando melhor vossos alunos, pois muito certamente não os conheceis”. (ROUSSEAU, 1979 - p.8). Através dessa perspectiva é possível, necessário e enriquecedor a constante análise da própria formação profissional e pessoal como processos de construção e invenção de nossas carreiras e nossas múltiplas formas de sermos no mundo, enquanto educadores e eternos aprendizes. É indispensável a ciência da promoção de uma educação humana integral, que propicie não apenas a decodificação dos signos, mas também a leitura de mundo e a leitura de si mesmo. É imprescindível que se pense o aluno não como “massa de modelar”, mas que o reconheça e faça com que ele mesmo se reconheça enquanto sujeito capaz, que traz consigo uma bagagem de experiências que precisa ser respeitada, objetivando assim a humanização de todos os envolvidos. É preciso que se pense, em todas as disciplinas, não exclusivamente em suas teorizações, mas também no viés do caráter de função social que elas possam atingir.

Esse modo de se conceber enquanto preceptor e de perceber a formação do educando em sua completude, torna possível uma educação que promove no aluno autonomia, e capacidade de decidir e refletir sobre suas escolhas. A formação natural preza, nesse sentido, não apenas pela liberdade do educando, mas também, por sua capacidade de avaliar os caminhos escolhidos através do ato de ser livre.

Dessa forma, ressaltando mais uma vez a relevância da autorreflexão da prática de um educador que pretende orientar, entende-se que se essa educação não se der de forma bem articulada pode-se cometer o erro de cair em dois opostos que são, equitativamente, ruins para o processo educacional, quais sejam, o autoritarismo e o espontaneísmo. De um lado tem-se o autoritarismo por parte do professor que coloca na criança pressões a respeito de sua autocracia que ainda não lhes são claras e significativas devido sua idade e seu desenvolvimento, intervindo de forma ineficiente e prejudicial no mundo da criança; e de outro lado o espontaneísmo, caso esse em que o educando pode tender a manipular os adultos, inclusive seu educador, ao ser deixada por sua própria sorte, ao ser dispensado os cuidados necessários a ela. É preciso, portanto, uma justa medida na interferência que se pretende, por isso, a ideia supracitada de liberdade regrada aparece com tanta força neste modelo de educação, não se deve deixar a criança totalmente livre, nem totalmente aprisionada às regras e convenções sociais, visto que ambos os extremos se inclinam ao fracasso da formação educacional.

[...]contra o autoritarismo pedagógico e a favor da socialização democrática, a educação natural precisa mostrar o quanto é importante que a criança seja

conhecida e respeitada em seu mundo. Mas, contra o espontaneísmo pedagógico e para que tal socialização seja alcançada, ela deve deixar claro também o quanto a intervenção do adulto é decisiva no sentido de educar a liberdade desregrada da vontade da criança, indicando limites à sua ação no mundo, contribuindo, deste modo, à formação, conflitivamente sadia, da indispensável relação da criança consigo mesma e com os outros(...) Em síntese, para livrar-se da objeção acima Rousseau precisa mostrar que não existe liberdade sem regras – pois, educação natural tem a ver com a idéia da *liberdade bem regrada (liberte bien réglée)* – e, em última instância, que não pode existir uma educação que não seja minimamente diretiva. (DALBOSCO, 2007 - p.317)

Compreende-se assim que, partindo dessa espécie de paradoxo, a criança tem que ser educada “livremente” sempre seguindo a dependência das coisas, ou seja, do que a natureza ordena, apenas suas necessidades naturais, contendo excessos e faltas, evitando que se construa no educando um tirano ou um escravo. Para isso, o preceptor deve ter condições de identificar e distinguir as vontades naturais da criança que são fundamentais para sua constituição e desenvolvimento, daquelas necessidades criadas a partir do meio, concebidas, única e exclusivamente, pelo desejo. Não se pode ceder a todos os desejos dos educandos, pois eles precisam compreender desde o início que nem tudo está em seu poder, esse deve ser um dos principais pontos de atenção. Estimulando o educando a construir o desejo pelo saber e a busca autônoma e constante por este saber, o educador ensina métodos e meios para adquirir o conhecimento desejado. Todas as ciências que estão à disposição do aluno tornam-se, assim, objetos a serem conquistados.

[...]Para alimentar sua curiosidade, não vos apresseis nunca em satisfazê-la. Ponde os problemas ao seu alcance e deixai-o que os resolva. Que nada saiba, porque vós lho dissestes, e sim porque o compreendeu sozinho. [...]Não se trata de ensinar-lhe as ciências, mas de dar-lhe o gosto para amá-las e métodos para aprendê-las quando esse gosto estiver mais desenvolvido. Este é com toda a certeza um princípio fundamental de toda boa educação. (ROUSSEAU, 1979 - p.133 e 136).

Através dessa configuração o educando se reconhece enquanto protagonista do processo de educação individual e, posteriormente, coletiva; logo, seu desenvolvimento é integral, na medida em que não está mais centrado em práticas de memorização ou práticas estritamente cognitivas; implica em estar, ser, sentir e intervir no mundo, criando situações na construção de sua autonomia e motivações inerentes a interação e troca de saberes. Para tanto, nos lembra Rousseau que: “É preciso que o amor-próprio do mestre deixe sempre algum interesse para o dele; é preciso que ele possa dizer: concebo, penetro, ajo, instruo-me”. (ROUSSEAU, 1979 - p.207). A promoção da autonomia no educando diz respeito, à vista disso, a um processo de repensar e se conscientizar da sua prática, buscando aprimoramento constante.

É significativo enfatizar que a proposta pedagógica inovadora que o filósofo genebrino apresenta na obra *Emílio ou Da Educação* provém de discussões anteriores<sup>3</sup>, tendo como foco a premissa de que *o homem nasce bom e a sociedade o corrompe*. Partindo de algumas questões conflituosas a respeito da desnaturalização de características, sobretudo morais, dos indivíduos, Rousseau procura compreender quais as consequências dessa deturpação e como elas contaminam e arruinam com a educação das novas gerações. Particularidades apresentadas pelo autor e que se modificaram ao longo do tempo são, por exemplo, as concepções de amor de si e de amor próprio, o primeiro próprio do sujeito em seu estado natural, que preza por sua autoconservação, e a outra característica exclusiva do homem social, já degenerado, aquele que interage com os demais membros de uma sociedade, interferindo negativamente nos mais variados aspectos na vida e caminhos de outrem e que, por vezes, é dominado por sentimentos de orgulho, cobiça, egoísmo e superioridade. Esses são apenas alguns dos aspectos que demonstram as disparidades apresentadas pelo autor a respeito do estado de natureza do bom selvagem em relação ao homem em seu estado de degeneração, ressaltando a explícita tensão, tão discutida por Rousseau, entre natureza e civilização. Motivo pelo qual persistem as ponderações sobre os diversos âmbitos estabelecidos e consolidados após essa passagem, e motivo pelo qual, a educação de Emílio se dá distante da esfera social.

A pretensão de Rousseau não é a fuga de um estado de caráter social já consolidado nem o retorno ao estado inicial em que o homem viveria solitário e apenas suprindo suas necessidades básicas através de seus instintos primitivos. No que tange a esse momento, como mencionado anteriormente, de um lado compreende-se que a análise rousseuniana se baseia em levantamentos hipotéticos e condicionais, acerca do que teria sido a vida do homem natural até o momento de sua deturpação e entrada na vida civil, um pressuposto que permite desnudar o homem de todas as particularidades que hoje manifestamos, e enxergá-lo tal como ele foi originado no mundo. E de outro lado, tem-se o fato de que, segundo Rousseau, a dinâmica de alteração do ser humano seria como uma espécie de engrenagem, uma vez iniciado o processo de movimento, de modificação do sujeito e de corrupção de suas paixões naturais, força predisposta pela própria natureza, não seria possível o regresso a um estado originário de fato, além de que, é no seio da sociedade que nossas faculdades se desenvolvem, visto que,

---

<sup>3</sup> É possível encontrar tais discussões nas obras de Rousseau: *Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens*. (São Paulo: Nova Cultural. Os Pensadores, 1999) e em o *Contrato Social* em que nos é apresentada a seguinte passagem: "O homem nasceu livre, e em toda parte se encontra sob ferros. De tal modo acredita-se o senhor dos outros, que não deixa de ser mais escravo que eles" J.J, ROUSSEAU. *O Contrato Social*. Editorial Presença. Tradução: Mário Franco de Sousa. Oeiras, Portugal. p.10. 2010.

intimamente ligada à liberdade, se apresenta também a faculdade de se aperfeiçoar. Este aspecto, próprio do homem, diz respeito à sua habilidade de se modificar ao longo da vida, característica natural e exclusiva do ser humano que pode justificar o fato de ser capaz de superar os limites da própria natureza. Tal faculdade, assim como sua capacidade de livre escolha, lhe permite desenvolver a partir de seus instintos e de comparar-se com os demais animais, pois, se trata, nada menos e nada mais, da predisposição natural de adaptação do indivíduo, cuja manifestação é solicitada pelas necessidades e contingências. A perfectibilidade, segundo o filósofo, é um dos principais motivos para a formação da sociedade como hoje a conhecemos, tendo em vista que é essa característica que proporciona a modificação do homem e o distanciamento de sua essência.

Ainda assim, apesar de não ocorrer a volta concreta do homem ao seu estado de origem, se faz possível pensar em suas marcas originárias e então, à luz desse pressuposto, disciplinar as práticas atuais, além de vivenciar e sentir uma vida que outrora pode ter existido, uma vez que realiza a busca pelo conhecimento de sua própria natureza.

Antes mesmo de sermos racionais, somos seres constituídos de sentidos, portanto, ao realizar a análise e edificação de um processo de educação de caráter natural, o que o filósofo defende é uma espécie de empatia presente no papel do educador para com o educando, sentimento esse que considera a idade, as dificuldades e os contextos dos aprendizes, e é exatamente a reflexão sobre esse sentimento que nos faz retornar a uma época tão distante de paixões naturais e liberdade para pensarmos em nosso momento atual, ou seja, como os professores atuantes se posicionam frente ao processo educacional, do outro e de si mesmos.

### **3 O educador governante e a formação política para a sociedade democrática**

Realizada a análise acerca dos princípios da educação natural defendida por Rousseau, busca-se, nesse momento, ponderar sobre uma possível atualização e aplicabilidade do conceito de educador governante para compor a prática docente atual, bem como, considerar os reflexos desse educador-guia no processo de constituição e desenvolvimento do sujeito e da sociedade, a partir dos parâmetros expostos pelo filósofo.

“Preparai de longe o reinado de sua liberdade [do educando] e o emprego de suas forças, deixando a seu corpo o hábito natural, pondo-a em estado de ser sempre senhora de si mesma e fazendo em tudo sua vontade logo que tenha uma”. (ROUSSEAU, 1979 - p.36) O termo “preparai”, presente no excerto acima, sugere a compreensão que Rousseau tem acerca da relação entre o educador e o educando, isso porque, apesar do ambiente natural em que o

educando se insere, ele não se guiará somente pelos instintos, mas também através da supervisão de um adulto consciente do lugar desses instintos na educação desse aluno, ou seja, ao educador cumpre o papel de instruir, ainda que levando em consideração o estatuto primordial da natureza humana do aluno. Nesse sentido, o professor é tido por Rousseau como sendo o governante da relação educando e educador e educando e meio. A medida em que se considera os meios, os modos e os facilitadores no processo de aprendizagem, conjuntamente, se desenha a noção do educador governante que, como uma antecipação do autogoverno do educando, isto é, um governador temporário, governa seu mundo e suas experiências até que o mesmo seja suficientemente capaz de conduzir-se autonomamente. Assim, se por um lado a criança não consegue sobreviver por si mesma e, por outro lado, a má interferência do adulto pode acometer em degeneração, o papel do professor que governa é, por consequência, o papel daquele que consegue orientar o educando e promover seus primeiros direcionamentos para que, a partir deste momento, compreendendo sua atribuição de responsabilidade individual e coletiva, o aluno reflita, investigue e busque novos conhecimentos, diminuindo o tempo da tutela do educador e acelerando seu processo de emancipação.

[...] considerai primeiramente que, querendo formar um homem da natureza, nem por isso se trata de fazer dele um selvagem, de jogá-lo no fundo da floresta; mas que, entregue ao turbilhão social, basta que não se deixe arrastar pelas paixões nem pelas opiniões dos homens; que veja com seus olhos, que sinta com seu coração; que nenhuma autoridade o governe a não ser sua própria razão. (ROUSSEAU, 1979 - p.214).

Consta-se, a partir de pensamentos expostos por Rousseau, que para o educador ser de fato governante, para dar vida ao processo de emancipação do educando, ele deve se afastar da concepção de que o estudante é um adulto em miniatura. Essa “adultização” faz com que exista um desequilíbrio entre força e desejo do querer e agir do educando, pelo fato de ser um processo que impõe, nas crianças, conhecimentos a mais do que elas realmente necessitam e conseguem apreender naquele determinado momento.

A chave do estudo rousseauiano, sobretudo, do desenvolvimento do educador, se dá na compreensão de que o educando, em seus primeiros anos, é um ser em formação, que precisa percorrer todos os processos de vivências e descobrimentos de modo a desenvolver as mais diversas potências existentes dentro de si. Mostra-se, desta forma, o caminho a ser percorrido de maneira refletida e prudente, e não realizando a simples incumbência de transferir conteúdos. Não se trata de impor pré-conceitos e dogmas, e sim de colaborar para o desenvolvimento progressivo de criação de meios para busca da compreensão e dos limites impostos pela sociedade, sendo capaz, desta forma, de julgar cada preceito de maneira justa, tal como buscar

as condições que lhes apeteçam. Nas palavras do filósofo: “[...] Eu chamo governante, de preferência a preceptor, o mestre dessa ciência porque se trata menos para ele de instruir que de conduzir. Ele não deve dar preceitos, deve fazer com que os encontrem.” (ROUSSEAU, 1979 - p.25).

Assim, realizando uma analogia com a atualidade, consideramos que apesar da existência de normas internas que cada instituição possui e deve seguir como, por exemplo, conteúdo programático e cumprimento de horários, é a interação entre o professor, o aluno e o mundo, o propulsor que irá conduzir o processo educativo.

Ademais, notemos que na realidade do ensino e da escola em exercício, o professor lida diretamente com a pluralidade de situações em sala de aula e, a partir desse cenário, deve buscar pela construção e desenvolvimento de significados compartilhados diante da multiplicidade cultural, preexistente em diversos contextos, ambientes, sociedades, fenômenos e mundos particulares de cada um, gerando reflexões por meio da coletividade, bem como pela individualidade do aluno. A educação pode ser entendida não somente como análise de conceitos de conhecimentos teóricos, mas também como fator determinante na formação do sujeito, buscando humanização através da aplicabilidade em situações práticas, estendendo, desse modo, a forma como se constitui o processo de ensino-aprendizagem. Aquele que se dispõe a ensinar precisa desenvolver competências que estabeleçam relação com o mundo particular de cada aluno, considerando sempre que o processo educacional está diretamente entrelaçado com a sua capacidade de exercer as funções incentivadoras e orientadoras, através de uma relação que se dá, a todo momento, por uma prática dialógica e dialética, capaz de estabelecer, deste modo, um processo contínuo de ação-reflexão-ação, o que evidencia uma construção interpessoal entre o educando, o educador e os mais diversos objetos de conhecimento.

Logo, é importante notar que esse processo só é possível na medida em que o educador é capaz de adentrar no ambiente do aluno, considerando as suas condições de possibilidade de acesso ao mundo e explorando todas essas possibilidades, enriquecendo e inovando a relação entre educando e aprendizagem. Essa exigência de reconhecimento do conjunto de condições externas do educando impõe ao educador um processo de aprendizagem constante para que cumpra o seu papel de mediador entre o aprendiz e o conhecimento, em termos de educador governante, pois, ele é aquele que conhece e administra o mundo de seu aprendiz e suas experiências com ele. A cada novo grupo de educandos um novo desafio e um novo processo de reconhecimento e de desenvolvimento lança-se no horizonte do educador.

Um objetor pode, no entanto, questionar tanto a inserção do conceito de educador governante como a ideia de uma nova visão de pedagogia que se configura em um modelo de educação que defende o distanciamento de meios artificiais e a não intromissão da sociedade na educação ao passo em que nos constituímos em sociedade, em outras palavras, como pensar uma educação que pretende se distanciar da sociedade vivendo em sociedade? A questão é legítima, na medida em que estão sendo considerados princípios que norteiam e constroem uma ferramenta que, por ser descritiva, pode parecer, em um olhar precipitado, algo puramente artificial. Entretanto, quando se trata desse princípio norteador que possibilita a descrição dos métodos de ensino, o que está em questão é um princípio fundado na natureza do homem, um princípio intrínseco àquilo que o homem é, a saber, ser livre. Isso porque, a liberdade humana - princípio da educação rousseauiana -, não é um artifício criado para se pensar a educação, mas é por meio de uma característica extraída da própria natureza do homem que a educação é pensada. Essa liberdade como condição natural do homem é descrita, de modo geral no *Contrato social* (1762), obra em que o autor declara que “o homem nasce livre” (ROUSSEAU, 2010 - p.124), ou ainda, e mais detalhadamente, no *Discurso Sobre A Origem e A Desigualdade Entre Os Homens* (1755) em que, ao tratar da diferença entre os animais e o homem, o filósofo assume que tal diferença se dá pelo fato do homem ser um *agente livre*. Ele diz:

Em cada animal vejo somente uma máquina engenhosa a que a natureza conferiu sentidos para recompor-se por si mesma e para defender-se, até certo ponto, de tudo quanto tende a destruí-la ou estragá-la. Percebo as mesmas coisas na máquina humana, com a diferença de tudo fazer sozinha a natureza nas operações do animal, enquanto o homem executa as suas como agente livre. (ROUSSEAU, 1999 - p. 64)

Tem-se, deste modo, a liberdade como aspecto natural e uma educação fundamentada neste aspecto. As regras pedagógicas da educação rousseauiana permitem o aprimoramento dessa liberdade. Nessa medida, as regras pedagógicas desse modelo compõem um método natural de ensino, pois, é extraído e descrito por aquilo que é próprio do homem<sup>4</sup>. Trata-se, portanto, de um arranjo que atua segundo preceitos e objetivos que estão, de algum modo, intrínsecos à natureza humana.

---

<sup>4</sup> A máxima fundamental da pedagogia rousseauiana é a liberdade, como o autor afirma: “O homem realmente livre só quer o que pode e faz o que lhe apraz. Eis minha máxima fundamental. Trata-se apenas de aplicá-la à infância, e todas as regras da educação vão dela decorrer.” (ROUSSEAU 1979 - p.54) e as regras extraídas desse fundamento buscam estabelecer uma realização da verdadeira liberdade, como faz notar o autor na seguinte passagem; “O espírito dessas regras está em conceder às crianças mais liberdade verdadeira e menos voluntariedade, em deixá-las com que façam mais por si mesmas e exijam menos dos outros”. (ROUSSEAU 1979 - p.41).



Todavia, se o homem não retorna ao seu estado de natureza, qual o propósito de uma educação natural? A finalidade dessa forma de se educar visa a realização de uma modelo ideal de sociedade, assumida por Rousseau, que é marca de suas obras. Esse ideal almejado pode ser traçado desde as primeiras linhas da obra central deste trabalho. Diz o autor: “Tudo é certo em saindo das mãos do autor das coisas, tudo degenera nas mãos do homem. [...] não quer nada como o fez a natureza, nem o homem” (ROUSSEAU,1979 - p.11). Com essa passagem o autor inicia o livro primeiro da obra *Emílio ou da Educação*, pontuando, mais uma vez, assim como em seu *Segundo Discurso sobre a Desigualdade*, que “o homem é bom” (ROUSSEAU 1999 - p.119) e livre por natureza.

Rousseau, entre outros pensadores contratualistas, como Thomas Hobbes (1588-1679) e John Locke (1632-1704), declaram que a sociedade tal qual encontramos hoje não permaneceu em uma mesma configuração desde o início. Ocorre um processo de transição do homem, um período em que suas características mais naturais são deturpadas e substituídas por particularidades artificiais, criadas pela sociedade e em função dela, para suprir necessidades também superficiais, momento este em que as desigualdades, sejam elas físicas ou morais<sup>5</sup>, se apresentam como cerne da expressão humana. Pode-se dizer, com base na seguinte passagem que, para o filósofo genebrino, o estado civil foi estabelecido através ato da privatização da terra. Diz Rousseau:

O verdadeiro fundador da sociedade civil foi o primeiro que, tendo cercado um terreno, lembrou-se de dizer *isto é meu*, e encontrou pessoas suficientemente simples para acreditá-lo. Quantos crimes, guerras, assassinios, misérias e horrores não pouparia o gênero humano aquele que, arrancando as estacas ou enchendo o fosso, tivesse gritado a seus semelhantes: “Defendei-vos de ouvir esse impostor; estareis perdidos se esquecerdes que os frutos são de todos e que a terra não pertence a ninguém!”<sup>6</sup>. (ROUSSEAU, 1999 - p.87)

Anterior a prática de privatização da terra, os homens já viviam juntos em tribos e características comuns a natureza já sofriam um processo, mesmo que lento, de aperfeiçoamento, e as qualidades físicas, artísticas e intelectuais já se apresentavam como um

---

<sup>5</sup>“Concebo, na espécie humana, dois tipos de desigualdade: uma que chamo de natural ou física, por ser estabelecida pela natureza e que consiste na diferença das idades, da saúde, das forças do corpo e das qualidades do espírito e da alma; a outra, que se pode chamar de desigualdade moral ou política, porque depende de uma espécie de convenção, e que é estabelecida ou, pelo menos, autorizada pelo consentimento dos homens” (ROUSSEAU, 1999 - p.51)

<sup>6</sup>Esta passagem marca tanto a fundação da sociedade entre os homens, como também destaca o descontentamento de Rousseau pela saída do homem do estado originário e entrada no estado civilizado, considerando que tal passagem se dá de forma injusta.

meio para a desigualdade humana. No entanto, é a privatização da terra que instaura a divisão do trabalho e que alarma o grau de desigualdade entre os homens, haja vista que, não há terra disponível para o plantio para todos e, todos precisam de meios para garantir a sua subsistência. A terra é o meio de produção de alimentos, portanto, o maior bem ao qual se possa garantir. Notavelmente, aquele que possui grandes propriedades acaba por ter mais lucros e vantagens do que aquele que oferece a mão de obra, deste modo, se inicia a separação, vulgarmente dita, entre ricos e pobres, entre aquele que se mostra como mais rentável para o corpo social e aquele que deve ser deixado à própria sorte. A desigualdade se instaura, modificando os humores nos homens, fazendo com que eles sejam obrigados a se organizarem por meio de leis e acordos que os protejam e que protejam suas propriedades de ataques daqueles que possam se sentir lesados e que, por essa via, poderiam atentar contra a vida desses proprietários. Por outro lado, essas mesmas leis buscam diminuir o dano daqueles menos abastados. O resultado é uma sociedade desigual e desnaturalizada que carrega, em seu interior, sofrimentos e deturpações das condições naturais do homem. O resultado foi:

Destruíram irremediavelmente a liberdade natural, fixaram para sempre a lei da propriedade e da desigualdade, fizeram de uma usurpação sagaz um direito irrevogável e, para lucro de alguns ambiciosos, daí por diante sujeitaram todo o gênero humano ao trabalho, à servidão e à miséria. (ROUSSEAU, 1999 - p. 100).

A crítica realizada por Rousseau à sociedade civilizada, portanto, é quanto ao afastamento e desconhecimento do que se tem de mais natural no homem. No lugar da liberdade de ir e vir, tem-se, mesmo que de forma velada, as privações, no lugar de conquistarmos alimentos para nossa própria subsistência, galgamos, cada vez mais, o acúmulo de propriedades e riquezas. Condição que, de algum modo, corrompe o homem e causa todo o transtorno que se tem na sociedade, afastando-o da sua própria humanidade<sup>7</sup>. Logo, após esse movimento, dotado de paixões excessivas e supérfluas, o sujeito social só se enxerga enquanto um todo ao pertencer a uma instituição, e cabe, assim, a instituição, a promoção da educação desse sujeito, nos moldes que lhes for mais conveniente.

Compreendendo que a atual condição não permite um regresso a períodos primitivos, resta-nos, assim, uma tentativa de diminuição do impacto dessa desnaturalização, ou ainda, a busca por garantir um processo de aproximação com aquilo que nos é natural, na tentativa de romper com as injustiças da condição social vigente. Neste sentido, a educação como meio de

---

<sup>7</sup> “Renunciar à liberdade é renunciar ao que mais qualifica o homem, aos direitos da humanidade, aos próprios deveres. Para quem renuncia a tudo não há qualquer compensação. Tal renúncia é incompatível com a natureza do homem.” (ROUSSEAU, 2010 - p.22)

transformação do indivíduo ganha um papel central na construção de uma sociedade mais justa. O empenho em um projeto que visa a liberdade natural do indivíduo nada mais é do que a formação do cidadão que preza pela natureza daquilo que lhe foi subtraído na constituição da sociedade. Pensando nisso, propomos uma noção de sociedade “ideal” em Rousseau, para qual, essa pedagogia está a serviço, e essa sociedade só possui um princípio basilar, a autonomia do indivíduo. Paradoxalmente, o corpo social, para o autor, deve ser composto por leis que permitem a aproximação do indivíduo ao que lhe é natural, ser livre<sup>8</sup>. É possível traçar essa sociedade em termos de dependência, na medida em que, para o filósofo, a sociedade só é possível se livre, e a liberdade só é possível com cidadãos, e para que a liberdade e a virtude se constituam no cidadão, estes precisam se formar para a virtude e para a liberdade. Assim diz Rousseau: “A pátria não pode subsistir sem a liberdade, nem a liberdade sem a virtude, nem a virtude sem os cidadãos; terão tudo se formarem cidadãos; sem isto terão apenas maldosos escravos, a começar pelos chefes do Estado.” (ROUSSEAU, 2006 - p.104).

Resta compreender como o autor considera esse cidadão e, dois são seus aspectos relevantes, a saber, a liberdade e a virtude. O homem livre já nos foi apresentado como exemplo do Emílio; livre porque agente na relação com o mundo e com o saber, livre por possuir autonomia de reflexão e de busca por compreender o mundo que lhe cerca. O que falta é considerar em que consiste a virtude e, sobre isso, Rousseau afirma que o homem virtuoso é aquele que não se entrega às afeições, pois, é capaz de refletir e se conscientizar de suas verdadeiras necessidades enquanto indivíduo privado e social. Neste sentido, questiona o filósofo, para responder entrelaçando na resposta um vínculo entre razão (capacidade reflexiva e de consciência) e o dever a ordem. Ele diz:

Que é então um homem virtuoso? É aquele que sabe dominar suas afeições, pois então segue sua razão, sua consciência, faz seu dever, mantém-se dentro da ordem e nada o pode afastar dela. (ROUSSEAU, 1979 - p.386)

O homem virtuoso é aquele capaz de compreender as necessidades da sua sociedade e do meio em que vive. É refletindo acerca das leis e das diretrizes que imputam os deveres dos homens que um homem virtuoso segue as ordens e cumpre seus deveres de maneira livre, pois,

---

<sup>8</sup> Não nos propomos aqui, analisar em que consiste esse paradoxo e como ele é funcional para essa sociedade, pois não é nosso objeto. No entanto, as obras rousseauianas de cunho mais estritamente político, podem ajudar a estruturar o problema.

sua vontade comunga dos interesses dessas leis<sup>9</sup>. Auxilia, assim, na modificação daquilo que é necessário, tornando o ambiente mais justo e igual. O homem virtuoso transforma a sociedade de maneira benéfica a todos.

De algum modo, no entanto, é preciso questionar se o homem não seria mais livre sem as necessidades da sociedade, tal como no estado de natureza. De fato, no estado de natureza a concepção de liberdade possui uma completude impossível no estado civil, mas, por outro lado, nasce-se no estado civil e, como já dito, é impossível um regresso. Contudo, é possível uma vida tranquila no estado civilizado, quando as leis dessa pátria buscam minimizar os danos do Estado. Não existe uma condição de vida sem Estado, nasce-se em meio a pátria, mas essa pode ser condutora da liberdade.

Se te falasse dos deveres do cidadão, tu me perguntarias onde está a pátria e pensarias ter-me confundido. Tu te enganarias entretanto, caro Emílio; pois quem não tem uma pátria tem ao menos um país. Há sempre um governo e simulacros de leis sob os quais viveu tranquilo. (ROUSSEAU, 1979 - p.413).

Como se constitui essa pátria senão por homens? Quem produz leis e regras para a sociedade são os homens, pois, são os homens que pensam e regem essa sociedade. Tendo isso em vista, mais uma vez, pode-se reforçar o papel da educação como construtora da sociedade, isto porque, homens bem formados são, de algum modo, apreciadores de suas pátrias, pois, compreendem serem partes dela e que necessitam dela para expressão da virtude e da liberdade que lhes são próprias. Se o homem é dependente dessa pátria, é a educação a responsável por formar homens que farão dessa sociedade a realização disso que eles dependem. Diz Rousseau;

(...) é a educação que deve dar às almas a forma nacional e dirigir de tal forma suas opiniões e seus gostos, que elas sejam patriotas por inclinação, por paixão, por necessidade. Uma criança, abrindo os olhos, deve ver a pátria e até a morte não deve ver mais nada além dela. Todo verdadeiro republicano sugou com o leite de sua mãe o amor de sua pátria, isto é, das leis e da liberdade. Esse amor faz toda sua existência; ele não vê nada além da pátria e só vive para ela; assim que está só, é nulo; a partir do momento em que não tem mais pátria, não existe mais; e se não está morto, é pior do que isso. (Rousseau, 1982, p. 36).

Como é notável na passagem acima, o vínculo com a pátria se dá desde os primeiros anos. Ao abrir os olhos a criança já se vê em sociedade. É parte constituinte do homem viver

---

<sup>9</sup>“Para que a vontade geral seja cumprida, é preciso que todas as vontades particulares se ajustem a ela; em outras palavras, é preciso instituir o reinado da virtude, pois esta não é senão essa conformidade das vontades particulares com a vontade geral”. (ROUSSEAU, 2003- p.15)

em um meio social e, a questão que se faz é; como é possível uma educação natural que cumpra o papel do homem em sociedade? Seria o Emílio criado para a sociedade? E, neste sentido, é preciso compreender a formação educacional como sendo, de algum modo, também uma formação política.

Para pensar de que modo a educação é em si também uma formação política, precisa-se levar em conta a diferença entre a formação natural e uma formação para o isolamento social. Ao propor uma formação natural para o Emílio, levando em consideração aquelas características pré-sociais que só são possíveis com um isolamento da artificialidade que sustenta a nossa sociedade, o autor não está propondo o isolamento do aluno em si, ou seja, a busca por um método que ensine o aluno a diferença entre aquilo que é necessário e mais vital a natureza do homem em contrapartida daquilo que é artificial e supérfluo e o faça seguir um dos dois caminhos, não significa que o aluno não irá desfrutar daquilo que a sociedade oferece, mas sim, que isso será feito de maneira refletida e considerando o que é mais e menos necessário. Diz Rousseau;

Há grande diferença entre o homem natural, vivendo em estado natural, e o homem natural vivendo em estado social. Emílio não é um selvagem a ser largado no deserto, é um selvagem feito para viver na cidade. É preciso aí que saiba encontrar o de que necessita, tirar proveito de seus habitantes e viver, senão como eles, com eles pelo menos. (ROUSSEAU 1979 - p.169)

Ao pensar em uma educação para o humano, pensa-se a partir das condições naturais, conjuntamente, com as condições atuais e, por mais que essa educação vise uma formação que priorize as características naturais do educando, ela deve formá-lo para a sociedade. Deste modo, em torno da pedagogia rousseuniana existe um aparato político, haja vista que, toda educação visa uma compreensão do mundo, de suas relações com esse mundo e daquilo que permite seu conhecimento e desenvolvimento, ou seja, uma visão de mundo não pode estar desvinculada da sua reflexão acerca da organização da sociedade, isto é, da política. Educar é um ato político.

Esse modo de se pensar a educação já é por si só uma perspectiva política, pois, pensa o modo como as leis e as instituições devem funcionar, de maneira que permita a realização da liberdade. Assim, uma das diretrizes da formação do educando que reflete sobre o ideal político é o apego à natureza humana. Então, o primeiro dever do homem é ser humano, diz Rousseau; “Homens, sejais humanos, é vosso primeiro dever; e o sejais em relação a todas as situações sociais, a todas as idades, a tudo o que não seja estranho ao homem.” (ROUSSEAU, 1979 -

p.49). Eis o resultado da pedagogia natural, um reconectar-se permanente com a natureza do homem e promovendo a construção de uma sociedade que se aproxime o máximo possível dela.

Não se pode deixar de considerar que esse estado natural se mistura com a condição social já estabelecida. Assim, a criança, ao nascer, tem o desafio de aprender viver em sociedade sem deixar de considerar os seus bens naturais, e a relação da criança com o mundo se dá já no primeiro choro: “Desses choros que imaginamos tão pouco dignos de atenção, nasce a primeira relação do homem com tudo o que o cerca: forja-se o primeiro elo dessa grande cadeia de que é formada a ordem social.” (ROUSSEAU, 1979 - p.38). O grande desafio do educador que governa é, assim sendo, o de garantir que essa criança se mantenha livre das amarras sociais, prezando por suas particularidades e sendo autônomo frente às decisões, ao mesmo tempo em que vive em uma sociedade que busca desnaturalizar o homem. O sucesso desse desafio será a formação de homens capazes de modificar a sociedade, diminuindo a injustiça e a desigualdade e tornando-a mais humana.

Portanto, no estado civilizado, em que há disparidade entre humanidade e cidadania, que devem, de forma ideal, se dar de forma conjunta, a educação se torna um artifício que garante bem-estar e harmonia, frente às leis e perante a construção da “vontade geral”. As desigualdades presentes no estado social, ocasionadas pelos homens, podem ser amenizadas ou, ao menos, passíveis de serem conciliadas com a vida humana, através dos próprios homens, ao utilizarem como instrumento essencial o caráter pedagógico e político da educação, dimensões estas que não se desvinculam.

Finalmente, reiterando a importância e a necessidade do viver coletivo, é através de uma educação justa, dinâmica e dialógica, que respeita o mundo particular do educando, enfim, uma formação política e de caráter humanizador, que se torna possível que servos se soltem das amarras instituídas, da alienação e opressão sofrida e reconheçam sua autonomia, consciência e liberdade. É preciso que se torne claro o processo constante na construção de uma pedagogia que estabelece, entre todos os envolvidos, uma condição de igualdade e busca conjunta por uma sociedade ideal, bem como a ideia de que cada sujeito participa ativamente de seu processo de aprendizagem.

#### **4 Considerações finais**

Retomando o problema de investigação que orientou este trabalho “como Rousseau define o papel do educador no contexto de sua pedagogia e de seu projeto de sociedade”, considera-se que o filósofo aponta a educação como sendo o caminho para uma

harmonia entre aprender e gostar de viver. A pedagogia sugerida pelo filósofo e transportada para o contexto atual, reafirma os propósitos da autonomia e o reconhecimento de liberdade, permitindo que o educando consiga se pensar como parte de um mundo, e identificar em sua formação a possibilidade de torná-lo um sujeito livre e crítico. Para que essa empreitada seja desempenhada, é imprescindível que a postura do educador seja a de governante, que reconheça a sociedade em que o educando está inserido, bem como, o modo como esse educando experiência o mundo em que vive para que, a partir desse olhar, possa guiar e oportunizar a aprendizagem desse aluno de forma efetiva, valorizando suas habilidades e trabalhando suas dificuldades.

Acreditamos ter alcançado os objetivos propostos, na medida em que ao circunscrever os aspectos centrais a respeito da pedagogia rousseauiana, especialmente o papel do educador que governa, indagamos as práticas docentes contemporâneas, sobretudo, no que diz respeito à aprendizagem constante por parte do professor, processo que permite uma maior compreensão do meio e das experiências particulares de seus educandos. A autorreflexão e o conhecimento das condições naturais e ambientais dos educandos permitem que esse educador faça da formação um lugar de construção conjunta de dimensões técnicas e humanas, proporcionando, a todos os envolvidos, um desenvolvimento intelectual e social. O educador, como guia deste processo, é aquele capaz de modificar as situações de ensino escolares, mas também, promover uma transformação para a vida. Desse modo, a perspectiva do professor, apresentada aqui, se torna fundamental na medida em que ele pode ser agente de mudanças significativas do estudante e da sociedade, como um todo, em um processo incessante de (re)conhecimento e aperfeiçoamento de si mesmo e transformação da educação, da política e do meio social no qual fazemos parte.

Cultivar a autorreflexão em sua prática pedagógica é um bom caminho para o debate sobre a formação continuada e sobre o exercício de liberdade e de autonomia que são pilares do próprio ofício do educador, de seu próprio autogoverno.

### **Referências:**

CAMBI, Franco. **História da Pedagogia**. São Paulo: UNESP, 1999

DALBOSCO, C. A. **Primeira infância e educação natural em Rousseau: as necessidades da criança**. Educação, v. 30, n. 2, 23. p. 313-336, ago. 2007.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. **Considerações sobre o governo da Polônia e sua reforma projetada**; tradução: Luiz Roberto Salinas Fortes, São Paulo: Editora Brasiliense, 1982.

\_\_\_\_\_. **Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens**. (Os Pensadores) 5<sup>a</sup>. ed., São Paulo: Nova Cultural, 1999.

\_\_\_\_\_. **Economia (moral e política)**. In: DIDEROT, D.; D'ALEMBERT, J. R. Verbetes políticos da Enciclopédia. Tradução: Maria das Graças de Souza. São Paulo: Discurso, Unesp, p. 83-127, 2006.

\_\_\_\_\_. **Emílio ou Da educação**. Trad. Sérgio Milliet. 3.<sup>a</sup> edição. Rio de Janeiro, DIFEL, Difusão Editorial S. A. 1979

\_\_\_\_\_. **O Contrato Social**. Editorial Presença. Tradução: Mário Franco de Sousa. Oeiras, Portugal.2010

\_\_\_\_\_. **Rousseau e as Relações Internacionais**; prefácio: Gelson Fonseca Jr. - São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2003.

## **A RACIONALIDADE NEOLIBERAL E A SUBJETIVAÇÃO DO NEOSSUJEITO NA EDUCAÇÃO**

**Resumo:** No contexto atual do totalitarismo de mercado as relações econômicas e humanas são mediadas pela racionalidade neoliberal presentes nos diferentes setores da vida social. A



educação também vem sendo orientada por fundamentos e práticas que atendem à demanda mercadológica. Neste artigo, analisa-se de que maneira essa racionalidade modifica as formas de ser no mundo e transforma o processo educacional dos *neossujeitos*. Para tal empreitada tem-se como principal referência teórica a obra *A Nova Razão do Mundo - Ensaio Sobre a Sociedade Neoliberal* de Christian Laval e Pierre Dardot. Os objetivos propostos são a caracterização de um novo modelo de sujeito criado a partir do surgimento da corrente político-econômica conhecida como neoliberal e a identificação de comportamentos e atitudes desse neossujeito no interior da instituição educacional que se configura pela lógica empresarial.

**Palavras-chave:** Racionalidade técnica. Neoliberalismo. Educação. Capitalismo. Lógica mercadológica.

## 1 INTRODUÇÃO

É incontestável que a escola tem como papel fundamental a disseminação de conhecimentos científicos e a formação das pessoas em suas diversas dimensões: psicomotora, social, ética e política. O espaço e o tempo de escolarização almejam oferecer experiências formativas que promovem a criatividade e o exercício do pensamento que permitem aos estudantes conhecer e integrar-se a sociedade. Também lhes permite imaginar soluções e propor ações diante das demandas de sociabilidade a partir de critérios e valores necessários à vida comum e à dignidade humana. Entretanto, o domínio hegemônico da racionalidade neoliberal, na contemporaneidade, altera os processos formativos intelectuais, sociais e sentimentais dos sujeitos modificando-se radicalmente os valores da sociabilidade democrática e republicana. A esfera política, da vida comum conforme já havia diagnosticado Hannah Arendt vão perdendo seu grau de importância, e dando lugar à racionalidade técnica que torna o sujeito, em tese, mais “autônomo” e “livre”, através de uma lógica de produção assentada no empreendedorismo e na concorrência.

A globalização fortemente marcada pelos valores da tecnologia, mercadoria, rapidez, rentabilidade e eficiência, resulta em nova forma de se viver em sociedade. O fundamento central desta nova forma de sociabilidade é a racionalidade neoliberal, que em nosso modo de entender é a materialização elevada ao extremo da ideologia capitalista, conforme postulam os pensadores franceses Pierre Dardot e Christian Laval, em sua obra “*A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal*” (2016), obra que adotamos como a principal referência teórica em nossa metodologia de procedimento bibliográfico para o desenvolvimento da pesquisa.

Neste contexto de constituição de uma nova forma de sociabilidade resultante da racionalidade neoliberal é que nos propomos a compreender como os sistemas educacionais e as instituições de ensino estão se configurando em organizações que seguem os mesmos fundamentos desse paradigma político, econômico e social. Para direcionar nossas análises propomos o seguinte problema de investigação: que fundamentos a racionalidade neoliberal propõe para a constituição de neossujeitos<sup>10</sup> no contexto da educação escolar?

Nossa hipótese é que as vivências decorrentes das diretrizes ideológicas e da racionalidade do neoliberalismo constituem sujeitos com características específicas que modificam a sociabilidade e a educação. Nesse sentido, já podemos assinalar que o neossujeito configura-se como o empresário de si mesmo, como aquela pessoa que além de incorporar em seu pensamento e em suas atividades a racionalidade do neoliberalismo, ele desenvolve habilidades e competências que lhe permitem ser o empreendedor e competidor que concorre no com seus pares no mercado de trabalho, além de vender-se como capital humano nos empreendimentos comerciais.

Além da crítica ao processo educacional organizado segundo características mercadológicas nos moldes de empresa, os objetivos específicos deste trabalho são: fazer apontamentos teóricos sobre a configuração das práticas educacionais a partir da racionalidade neoliberal, e identificar práticas que as instituições educativas estabelecem coerentes com a racionalidade neoliberal que contribuem para a formação dos neossujeitos.

Situados em um contexto de produtividade e competitividade constante, a questão é analisar não apenas as imposições externas aos espaços educativos e as práticas pedagógicas, ou seja, em determinações do modelo empresarial que as instituições recebem de instâncias superiores e que precisam seguir, mas também, em como, no interior dessas instituições e nas ações desempenhadas, isso ocorre, por meio da modificação de sentimentos e relações entre os próprios sujeitos que constituem esse meio e entre o sujeito e o conhecimento.

---

<sup>10</sup>Iremos adotar a noção de “neossujeito” apresentada por Pierre Dardot e Christian Laval na obra “A Nova Razão do Mundo - Ensaio Sobre a Sociedade Neoliberal (2016)”. Nesta obra, os autores apresentam como os dispositivos do neoliberalismo influenciam diretamente na constituição do sujeito que vive no contexto dessa nova configuração social. Iremos explorar outras características sobre esse tema ao longo deste texto.

Como e por quais motivos o neoliberalismo se propõe a criar um modelo de sujeito? Quais influências a racionalidade neoliberal exerce sobre o campo da educação escolar? Estes são alguns dos questionamentos que fizemos durante nossa pesquisa e, para abordá-los neste trabalho organizamos o texto em duas partes: Em um primeiro momento evidenciamos o nascimento do que hoje chamamos de neoliberalismo para que possamos compreender qual o aparato conceitual empregado e legitimado por seus defensores e como a teoria neoliberal trans(forma) o homem, na medida em que não se trata, unicamente, de uma forma de ordenamento econômico, mas de uma nova condição de vida, uma nova razão destinada a um novo homem. E, no segundo momento, abordamos a questão de como as instituições educativas, mediadas por essa nova racionalidade neoliberal podem estar contribuindo para a formação dos neossujeitos para uma nova forma de sociabilidade.

## **2 Racionalidade neoliberal e a constituição de um neossujeito**

Não sendo um movimento consensual, o liberalismo - movimento que defendia a educação de massas voltada para adaptação ao espírito do capitalismo, menos interferências das opiniões públicas, e a ideia de que a função do Estado se limitasse a criar regras de regulação do funcionamento do mercado - apresentava tensões e embates de ideias em seu interior. De um lado estava a corrente dos defensores partidários da liberdade individual e livre concorrência como fins absolutos, em que a mão invisível do mercado trataria de organizar, e de outro a corrente dos chamados reformistas que apresentava certa sensibilidade social, que também eram liberais, mas que defendiam um ideal de bem comum. Cada qual defendendo perspectivas divergentes acerca de alguns dogmas do pensamento liberal em meados do século XIX, quais sejam: “O direito natural, a liberdade de comércio, a propriedade privada e as virtudes do equilíbrio de mercado” (Dardot; Laval, 2016-p. 37).

Em decorrência da crise interna resultante desse desacordo, surge, por volta da primeira metade do século XX, o que chamamos hoje de neoliberalismo, que teria como circunstância fundadora o colóquio de Walter Lippmann ocasião em que se reuniram grandes intelectuais, filósofos e economistas, alguns alinhados, objetivamente, a lógica que está sendo defendida, qual seja a continuidade do liberalismo nos moldes em que se apresentava e outros que discutiam sobre as tendências e resultantes do que está sendo ponderado, para se pensar em uma possível reinvenção do liberalismo. O colóquio ocorreu em Paris no ano de 1938, e se preocupou, em grande medida, com o combate da escalada do coletivismo, visto como ameaça juntamente com

o planismo, totalitarismo e toda reforma que visasse à redistribuição de renda e a proteção social, realizando assim uma verificação das fragilidades do liberalismo clássico.

Para Lippmann, que pretende defender as correções de rota do liberalismo e justificar o neoliberalismo, o coletivismo seria uma *contrarrevolução* (Dardot; Laval, 2016, p. 89), considerando que o que realmente teria força em uma revolução seria a economia capitalista comercial ganhando destaque, pois, seria ela que gerenciaria a divisão do trabalho. Neste sentido, o neoliberalismo não seria considerado apenas como um conjunto de convicções, mas sim como sendo a única filosofia que garantiria a adaptação dos homens e das instituições ao modelo concorrencial capitalista, e isso seria histórico, uma vez iniciado esse movimento não seria possível desconstruí-lo, apenas adaptar-se a esse modelo de funcionamento que o controla.

A palavra mais importante na reflexão de Lippmann é adaptação. A agenda do neoliberalismo é guiada pela necessidade de uma adaptação permanente dos homens e das instituições a uma ordem econômica intrinsecamente variável, baseada numa concorrência generalizada e sem trégua. A política neoliberal é requerida para favorecer esse funcionamento, combatendo os privilégios, os monopólios e os rentistas. Ela visa a criar e preservar as condições de funcionamento do sistema concorrencial. (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 89)

De acordo com esse sistema, quando não ocorre um equilíbrio entre a história social do sujeito e sua vida econômica isso traz conflitos e posturas reativas, o homem que não consegue estabelecer esse comedimento tende, por vezes, a se revoltar contra o Estado ou renunciar sua colocação no mundo, não vendo sentido em sua existência. Nesta esfera, o neoliberalismo seria a versão atualizada do liberalismo clássico, mas corrigida algumas das “desgraças” apontadas pelos defensores dogmáticos, momento em que se considera que o mercado deve ser completamente livre e a concorrência implacável.

É preciso compreender, portanto, que o neoliberalismo não é, estritamente, uma doutrina econômica nem ideológica, é uma nova racionalidade no mundo, uma nova forma de nos organizarmos, seja na esfera privada ou enquanto membros de um Estado que também se reorganiza a partir de novos preceitos.

[...] essa razão é global, nos dois sentidos que pode ter o termo: é “mundial”, no sentido de que vale de imediato para o mundo todo; e, ademais, longe de limitar-se à esfera econômica, tende à totalização, isto é, a “fazer o mundo” por seu poder de integração de todas as dimensões da existência humana. Razão do mundo, mas ao mesmo tempo uma “razão mundo”. (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 16)

As práticas discursivas do século XX nos permite compor a figura do homem-empresa ou “sujeito empresarial”, situação em que se cria, de forma veloz, sanções, estímulos

e comprometimentos que têm o efeito de produzir funcionamentos psíquicos de um novo tipo, um devir-outro do sujeito (Dardot; Laval, 2016, p. 322). O homem neoliberal é o homem competitivo, ele acredita que goza de todas as suas faculdades naturais, do livre exercício de sua razão e vontade, de uma autonomia irreduzível, ao passo que continua sendo apenas parte do que movimenta o motor dessa atual configuração de economia política, e essa é a contrariedade marcante nesse movimento, em que a existência de uma falsa sensação de liberdade, ou melhor, essa errônea noção de emancipação se torna uma nova forma de escravidão.

É preciso que se esclareça que o homem não se converteu a esse novo estilo de vida mercantil de forma voluntária e considerando todos os riscos. Era preciso, para a efetividade desse novo modelo de sociedade, que se introduzisse tipos de educação da mente e controle do corpo, desenvolvendo um homem trabalhador produtivo, apto a participar ativamente e fazer avivar o grande circuito da produção e do consumo. Realizando esse processo de direcionamento da vontade humana fica claro que: O poder não emana de um centro, de uma vontade soberana, mas torna-se legislação indireta que conduz interesses. (Dardot; Laval, 2016, p. 325) Em outras palavras, não se obedece a alguém ou a uma instituição, mas sim a um desejo de produção, de competição e de se tornar superior, comparando-se sempre aos demais sujeitos que participam desse mesmo processo. Obedece-se a uma nova concepção de vida, imposta e consentida por nós.

É neste contexto que se faz possível perceber a constituição do sujeito neoliberal, o “neossujeito” (Dardot; Laval, 2016, p. 327). O poder não age apenas através das disciplinas de adestramento dos corpos, mas sim fazendo o trabalhador acreditar que ele é o protagonista de sua vida profissional. Sua subjetividade deve estar inteiramente envolvida na atividade que se exige que ele cumpra. Trata-se de reconhecer no homem, o sujeito ativo que deve participar inteiramente, engajar-se plenamente, entregar-se por completo a sua atividade profissional. O alvo do novo poder é a vontade de realização pessoal do indivíduo, interesse no qual, veremos adiante, existir certo desacordo, à medida que não se fala de sujeitos individuais e sim de colaboradores da empresa. É factível, dessa forma, vislumbrarmos a contradição dessa formação de homens, visto que se pretende o afastamento do sentimento de alienação, mas a técnica utilizada chega ao cúmulo da alienação já que o sujeito obedecerá, nesse momento, ao ímpeto que lhe foi instaurado, será alienado e comandado por sua própria consciência, será escravo de si mesmo. Nesse viés, o neoliberalismo admite a necessidade da intervenção estatal,

mas opõe-se a qualquer manobra que dificulte a concorrência entre os interesses/desejos privados. A respeito dessa reorganização, os autores realizam um paralelo com a teoria darwinista de seleção natural (Darwin, 2001), em que as espécies mais fortes sobrevivem<sup>11</sup>, ao refletirem que:

É claro que aquele que não quiser obedecer a essa “regra do jogo” deve ser entregue à própria sorte, mas aquele que participa do jogo não pode perder [...] Não se trata mais de uma lógica de promoção geral, mas de um processo de eliminação seletiva. Esse modelo não faz mais da troca um meio de se fortalecer, de melhorar; ele faz dela uma prova constante de confronto e sobrevivência. A concorrência não é considerada, então, como na economia ortodoxa, clássica ou neoclássica, uma condição para o bom funcionamento das trocas no mercado; ela é a lei implacável da vida e o mecanismo do progresso por eliminação dos mais fracos. (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 53)

Portanto, quem concorre e tem sucesso é um empreendedor, e quem não consegue se adaptar a essa nova forma de vida, deve ser deixado à própria sorte, pois não se apresenta como alguém capaz de adequar-se às novas regras impostas pela realidade. Nesse contexto de competição, não se considera as exceções, se faz imprescindível à adaptação. A dinâmica imposta conduz todos a entrarem em uma lógica concorrencial acelerada.

O neoliberalismo faz da concorrência o princípio da vida social e individual, além do mercado ele pauta a cultura, economia e a educação induzindo-as para atender as exigências neoliberais, fazendo com que todos os setores e pessoas funcionem como empresas. Essa lógica, como vista, não está atrelada apenas aos modos de produção e mercado, e sim com a configuração de um novo sujeito, transmutando nossa forma de viver e de nos relacionarmos.

Frente às novas conjunturas, no que tange a essa racionalidade social contemporânea, muito se tem aludido sobre o total comprometimento e desempenho dos sujeitos com relação a seu ingresso e permanência no mercado de trabalho, através de sua competência e diligência, de tal forma que

Se essa ética neoliberal do eu não se restringe aos limites da empresa, e não só porque o ser bem sucedido na carreira confunde-se com o ser bem

---

<sup>11</sup> Compreendemos, nesse momento, o esforço em se equiparar a teoria da seleção natural com a teoria do darwinismo social, pois, o contexto neoliberal “será profundamente marcado por esse evento, mesmo quando o evolucionismo biológico for abandonado. Será evidente que a concorrência é, como luta entre rivais, o motor do progresso das sociedades e que todo entrave que se coloca a ele, em particular pelo amparo às empresas, aos indivíduos ou mesmo aos países mais fracos, deve ser considerado um obstáculo à marcha contínua da vida. Infelizes dos vencidos na competição econômica! O tão mal denominado “darwinismo social” está mais para um “concorrencialismo social”, que institui a competição como norma geral da existência individual e coletiva, tanto da vida nacional como da vida internacional.” (Dardot; Laval, 2016, p. 54)

sucedido na vida, mas ainda mais fundamentalmente, porque a gestão moderna tenta aliciar as subjetividades com a ajuda de controles e avaliações. (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 338)

O controle e a avaliação funcionam como mecanismos de restrições e evidenciam o aspecto neoliberal de gerência do capital humano. Impõe-se a necessidade de um desempenho melhor e de forma constante, tanto na vida profissional quanto na vida particular, uma vez que essas já não se encontram em polos opostos. Essa nova consciência perpassa e modifica também, e em grande medida, o caráter humano, distanciando o sujeito de sua subjetividade, enquadrando-o como ser no mundo em padrões estipulados pelo próprio mercado<sup>12</sup>. Somos, portanto, e ao mesmo tempo, empresa, capital e produto: empresa: quando bem-sucedido na vida profissional somos também bem-sucedido na vida pessoal; capital: o responsável por fazer a empresa, em seu sentido geral, se desenvolver; e produto: ao compreendermos que somos mais uma empresa que concorre com outras, somos mais um item na prateleira, que o mercado pode fazer bom uso ou descartar.

Ao considerar a conduta dos neossujeitos, em alguns momentos a sua devoção ou as técnicas das ascetes, ou seja, os exercícios espirituais utilizados na vida privada são agora empregados também no meio empresarial no contexto neoliberal. As técnicas que ditam, por exemplo, como se deve falar, vestir, se relacionar, modificando a personalidade de cada um, e condicionando o modo de vida a uma constante competitividade e concepção empresarial de si mesmo.

Os exercícios, mentais e físicos, que se destinam a criação de uma subjetividade e cuidado de si, fazem parte de um tema que vem sendo tratado há vários séculos, e por vários pensadores, sobretudo por Foucault que realiza uma viagem a filosofia antiga e destaca que a ascese “[...] trata-se de dotar-se de algo que não se tem, de algo que não se possui por natureza”. (Foucault, 2004 - p.400), ou seja, diz respeito a produzir uma relação adequada consigo mesmo, no processo de constituição, o que interfere no governo de si. “Foucault ampliou a análise estabelecendo que certo governo de si, certa subjetivação, era a própria condição para o exercício de um governo político e religioso.” (Dardot; Laval, 2016 - p. 338).

---

<sup>12</sup> “Há quase um terço de século, essa norma de vida [neoliberal] rege as políticas públicas, comanda as relações econômicas mundiais, transforma a sociedade, remodela a subjetividade. [...]. Ora sob seu aspecto político (a conquista do poder pelas forças neoliberais), ora sob seu aspecto econômico (o rápido crescimento do capitalismo financeiro globalizado), ora sob seu aspecto social (a individualização das relações sociais às expensas das solidariedades coletivas, a polarização extrema entre ricos e pobres), ora sob seu aspecto subjetivo (o surgimento de um novo sujeito, o desenvolvimento de novas patologias psíquicas). Tudo isso são dimensões complementares da nova razão do mundo.” (Dardot; Laval, 2016, p.16)

Portanto, apesar de não ser esse o foco de Foucault, a padronização do sujeito e o desenvolvimento de competências concorrenciais para o mercado, sua conceituação nos permite a realização do paralelo, esse conjunto de práticas, deslocado para o estágio atual, se mostra primordial no que diz respeito também ao gerenciamento empresarial, de si e de outros em um mesmo espaço econômico e social.

Se de um lado temos essa concepção de técnicas para o autocontrole do corpo e da mente com o objetivo de conseguir se conhecer enquanto sujeito e desenvolver o governo de si, por outro lado, compreendemos que a partir do momento que o sujeito se enxerga enquanto parte indissociável da empresa já não existe mais, estritamente, o governo de si para si, pois, o homem está tão envolvido com seu trabalho que agora, sujeito e empresa se unificam, demandando um esforço árduo, altamente competitivo ao qual podemos denominar de “homem empresarial”. Portanto, o autogerenciamento do corpo e da mente já não diz respeito apenas, e com finalidade, o bem-estar do homem, mas sim voltado para a ideia de um bem-estar em função de uma maior produtividade. “Trata-se agora de governar um ser cuja subjetividade deve estar inteiramente envolvida na atividade que exige que ele cumpra” (Dardot; Laval, 2016, p. 327).

Essas técnicas de direcionamento humano visam o desenvolvimento da capacidade de produção do sujeito e, essa demanda culmina em extrema pressão e constante cobrança da entrega intensa desses novos sujeitos. O que deveria servir para qualificar o humano acaba por retirar sua humanidade, subjetividade e saúde. Inseridos em um âmbito de racionalidade, de predomínio da técnica, os sujeitos adoecem justamente por essa ininterrupta corrida pelo e para o capital, e as técnicas que surgem são para substituir as asceses de si mesmo, na tentativa de fazer com que o indivíduo consiga administrar seus problemas e continuar produzindo.

À vista disso, essas técnicas visam o estímulo e fortalecimento para que se continue operando, observa-se que não é, de forma integral, um bem que tem como fim último o sujeito, mas sim a empresa. Não estamos dizendo que tais técnicas sejam ruins, mas elas começam a ser utilizadas, com mais veemência, em um período de concorrência mundial em que é necessário continuar promovendo resultados, e esses métodos surgem como mecanismos de mudança. Em suma, essas técnicas são ferramentas estratégicas que visam, através de metodologias da esfera psicológica e ética, o aperfeiçoamento humano em prol da empresa. Se a empresa vai bem, o sujeito vai bem, mas esse aperfeiçoamento e o cuidado de



si mesmo se encontram em uma segunda instância, pois, o primordial é o constante trabalho e melhoria da conduta enquanto sujeito-empresa.

Encontrando-nos nesta condição de gerir a alma, aos chefes já não compete mais a missão de impor, de exigir, cabe-lhes somente a verificação e incentivo, pois a cobrança se dará em nossa própria consciência, tamanha a necessidade e exigência em permanecer e sobreviver no e para o mercado, “já que somos os únicos responsáveis por aquilo que nos acontece” (Dardot; Laval, 2016, p. 345). Daí o caráter de alienação que mencionamos anteriormente neste mesmo tópico. Assim, é retirado do Estado toda a responsabilidade pelos riscos enfrentados, deslocando-os para as empresas de si, o que gera uma vida cada vez mais solitária e orientada unicamente em função da competição e do trabalho, gerando, por vezes, doenças decorrentes do estresse, da autocobrança e da produção em excesso, um movimento difícil de ser interrompido.

Já não se fala a respeito do sujeito, de seu mundo particular, e de sua subjetividade, mas sim de um sujeito empresarial e diligente, fazendo assumir que o homem é o seu trabalho, que ele se entende como uma empresa. Dessa maneira, com a unificação de esferas particular e profissional, a governamentalidade empresarial desloca toda e qualquer responsabilidade do Estado para o sujeito, incluindo questões econômicas concretas, engendrando a ideologia de que ser bem-sucedido ou malsucedido é relativo apenas ao esforço, ou a falta dele, as escolhas de percursos, única e exclusivamente de cada um, bem como o gerenciamento dos riscos que surgem ao longo da jornada. É preciso, à vista disso, segundo essa nova lógica social, ser um empreendedor perspicaz na criação de estratégias para encarar esses riscos inevitáveis. Inclusive, somos, a todo momento, influenciados a nos tornarmos parte da massa que têm renda incerta, a classe dos empreendedores que não tem medo de se arriscar, passando de dominados e passivos para ativos e destemidos dentro do mercado, cedendo a imposição de um novo estilo de vida.

Essa nova forma de encarar a realidade afasta, cada vez mais, o sujeito da esfera coletiva que o circula e, por serem escolhas individuais cabe a cada um enfrentar e resolver sozinho os riscos e problemas, afinal, os outros “concorrentes” estão, também, preocupados com seus próprios riscos individuais e seus sucessos.

### 3 O neossujeito no contexto educacional

Não há como analisarmos a educação atual sem ponderarmos sobre as questões integrantes do mundo político-econômico, sem pensarmos, por exemplo, em instâncias e mecanismos de gerenciamento que direcionam alunos, professores e gestores escolares em suas respectivas funções no que concerne às práticas pedagógicas.

No que tange ao cenário educacional atual, mediante o recorte sobre o qual nos debruçamos neste trabalho, conseguimos observar os arranjos mercadológicos presentes nos sistemas de avaliações que se dão em larga escala, a supervalorização de *rankings*, padronizações de currículos e metodologias pelos sistemas educacionais, pressão por publicações de artigos científicos, entre outros processos que consideram, exclusivamente, a dimensão quantitativa dos produtos e não a qualidade social do que se produz. Trata-se, portanto, de uma lógica normativa, “uma racionalidade neoliberal”, em que o modelo empresarial começa a tomar forma e a ganhar um espaço considerável no seio da sociedade, e conseqüentemente da própria educação escolar orientada para a produtividade e resultados numéricos e propagação ideológica dos processos educativos.

Por meio da implementação dessa lógica neoliberal que, para além de orientações políticas e econômicas, estabelece normas de vida e de interações em sociedade, o neossujeito acaba por reconfigurar sua subjetividade, com princípios morais, ideais e afetividades, estabelecendo uma nova forma de interagir com as demais pessoas, com a instituição escolar e até mesmo atribuir outro sentido à educação, aceitando e validando os preceitos estipulados pelo mercado.

Ao legitimar e se adequar aos mecanismos mercadológicos, as entidades de ensino assumem outras estratégias a respeito das práticas educativas. O processo educacional visto até há pouco como uma prática de desenvolvimento subjetivo em sua dialeticidade com social, deixa de lado o caráter ativo e problematizador de todos os atores que constituem essa prática humanizadora, e dá lugar a uma educação restrita, única e direcionada por fundamentos da razão neoliberal. Omite-se o fazer democrático que é, ou, ao menos, deveria ser, o sustentáculo da educação, desconsiderando individualidades, pluralidades de formas de aprender e de ensinar, sobretudo, a ética, a política e as artes, traços fundamentais para a formação cultural e integral do cidadão. Estabelecem-se assim diretrizes que menosprezam as lutas e estudos incansáveis que vem sendo realizados ao longo de séculos em prol da educação enquanto direito fundamental e enquanto instrumento de emancipação e transformação da sociedade.

Nesse processo já não se tem como fim último o conhecimento e seu potencial de esclarecimento e emancipação, mas sim a incessante necessidade de uma melhor classificação, de melhor colocação frente aos demais adversários e de mais prestígio no mercado de trabalho. O que se nota é um sistema de concorrência que obriga cada um a fazer parte da massa, gerando um capital rentável para o mercado de trabalho, centrado no empreendedorismo e competitividade exigidos de cada sujeito-empresa. E assim, através da concepção de cultura empresarial estabelecida dentro das escolas, os sistemas de avaliações oficiais tornam-se, gradativamente, a principal ferramenta de orientação da conduta e estímulo ao bom desempenho, cujo efeito é uma subjetivação contábil. Isto é, os sujeitos e instituições educativas aceitam serem julgados, enaltecidos e até mesmo punidos, com base nos resultados desses exames, que no fundo funcionam como mecanismo de validação de suas competências.

O neoliberalismo desloca a gestão do processo de ensino-aprendizagem para um modelo de mercado direcionado para o desenvolvimento de habilidades práticas que poderão gerar lucros a partir da negociação no livre mercado. Surge uma instituição educativa que responde aos problemas empresariais, sempre alinhadas à questão do capital, um capital humano, produzindo professores e alunos em série, padronizados como em linhas de montagem de uma fábrica.

Nesta perspectiva, a instituição educativa assume a forma da empresa quando se dedica, acima de tudo, em favor de atender as demandas do mercado de trabalho, quando elimina componentes curriculares que desenvolvem a criticidade, emancipação, sociabilidade democrática e quando assente e normatiza as diretrizes de competição, eficiência e sucesso nos resultados quantitativos, estabelecidas pela lógica de mercado. Esses novos fundamentos e instrumentos educacionais se tornam valorosos para o Estado neoliberal na construção de neossujeitos.

Questões a respeito da esfera da sociabilidade democrática estão à sombra, ocorre um enfraquecimento intelectual dos gestores e educadores, uma vez que são excessivamente atarefados por mecanismos de controle burocrático de seu trabalho. Atribui-se uma relevância extrema, especificamente, para o conhecimento prático, e podemos confirmar isso observando as recentes reformas educacionais brasileiras que apresentam uma ótica totalitarista de mercado. Como por exemplo, temos a implementação da lei de Reforma do Ensino Médio (2016) que transforma toda a educação brasileira. O Novo Ensino Médio, proposto em 2016, uma amostra da implementação da lógica neoliberal no contexto da educação, visa, entre outras temáticas, o

aumento da carga horária e permanência do estudante nas escolas, a contratação de profissionais sem diplomas nas áreas que pretendem lecionar e uma nova organização curricular que dá enfoque para a formação técnica e profissional. A reestruturação tem também como objetivo evidenciar o protagonismo do jovem, ao conferir-lhe a flexibilização e sensação de escolha quanto ao itinerário formativo no qual ele pretende se aprofundar. Contudo, ao analisarmos a proposta com um pouco mais de cautela e tendo como parâmetro a educação enquanto formação humana emancipadora, entendemos que muitos estudantes, neste momento de suas formações, uma formação que educa para os valores mercadológicos e não para a vida compromete a perspectiva de uma educação integral e propagam uma falsa autonomia ao propagar a possibilidade de selecionar os conteúdos que querem aprender, assim como, é preciso considerar que muitas escolas não terão professores e recursos suficientes para ampliar as opções de escolha desses alunos e garantir que seus interesses sejam atendidos a contento. O discurso neoliberal, dessa forma, não considera a realidade existente no Brasil, haja vista, que não considera a desigualdade social que assola a sociedade em que vivemos e o fato de não existir um ponto de partida comum a todos os educandos para uma competição justa.

Outro ponto que exige atenção é o fato de organizar o currículo de modo a privilegiar apenas cinco áreas; linguagens, matemática, ciências da natureza, ciências humanas e formação técnica e profissional. Desprezar os processos formativos a partir de disciplinas como educação física, artes, filosofia e sociologia é, notoriamente, um mecanismo para se produzir mais trabalhadores com formação técnica e direcionada para o pragmatismo e utilidade do sistema capitalista. Se atentarmos-nos demasiadamente na relação formação-trabalho é retirado desses estudantes a oportunidade de conciliar a dimensão técnica, a qual consideramos indispensável, com um ensino que fale sobre si mesmo, sobre a alteridade, sobre o meio em que vivem e sobre as possibilidades imensuráveis de se ler e transformar a realidade por meio das artes, da política, dos corpos não adaptados e docilizados.

A proposta de contratação de professores sem diplomas específicos nas áreas que irão lecionar, mas que demonstrem “notório saber” sobre o conteúdo, se mostra, antes de qualquer coisa, uma forma de desvalorização e de desrespeito com o educador que investe tempo e dedicação ao longo de toda sua trajetória de formação. Formação que não ocorre somente por meio da certificação, mas se faz ao longo de sua experiência na carreira docente e em sua formação continuada. Além disso, esse processo remete, novamente, a condição de competição, uma vez que o docente não concorrerá apenas com os profissionais de sua área,

mas disputará seu lugar no mercado de trabalho com profissionais de outras esferas, que não tenham, necessariamente, a titulação específica para ministração da disciplina. Sabemos que essa prática é um problema para muitas escolas, mesmo antes de a reforma ser implementada, em muitas instituições os docentes não ministram aulas em seus campos de formação, porém, com a institucionalização desse procedimento o que pode ocorrer, de forma alarmante, é a desvalorização das licenciaturas e a precarização do ensino com a consequente aceleração da educação tecnicista padronizada segundo a lógica do mercado.

É possível considerar, desta forma, a grande discrepância entre as reformas consideradas na teoria e a efetivação do que se propõe. Portanto, o que pode ser observado com essa proposta, um dos exemplos da implementação do caráter empresarial na educação, é que ela evidencia a reprodução da exclusão social, ao dificultar ainda mais o acesso a uma educação integral, da mesma maneira em que cria, cada vez mais cedo, novos sujeitos, gestores de si, para alimentar o sistema capitalista, através da incessante concorrência entre estudantes, agentes educadores e instituições escolares, na busca por desempenho, notoriedade e lucro.

Contudo, apesar de todas as críticas realizadas até o momento, podemos nos questionar se em alguma medida, o modelo de educação neoliberal não resultaria em um tipo de formação eficaz. Isto é, ao impulsionar esse processo competitivo não seria possível, ainda assim, educar? Um tipo de formação fértil não estaria adaptada a esse novo sistema de educação?

Para responder tal questionamento podemos considerar que hoje, na tensão dos debates em que vivemos, é comum colocarmos em polos opostos duas tendências: de um lado o humanismo e do outro lado o tecnicismo, o que consideramos como uma visão equivocada, pois, essas duas tendências são dois lados de uma mesma moeda. O que se observa nesse novo modelo de sociedade, a respeito das instituições de ensino, é a defesa de escolas técnicas que formam pessoas adaptadas suficientemente para atender as necessidades do mercado. Neste sentido, preocupando-se exacerbadamente com uma formação tecnicista e empreendedora temos a desvalorização de uma formação defendida desde a Paidéia grega<sup>13</sup>, que se preocupa com a perspectiva humana e a formação completa do cidadão, considerando a exploração de uma construção cordial, integradora, ética e imaginativa.

O conhecimento, a partir dessa perspectiva de formação neoliberal estaria, erroneamente, fragmentado entre o intelectual e o sensível, haja vista que, segundo a teoria do

---

<sup>13</sup> Jaeger (2003).

conhecimento da filosofia crítica de Kant, o conhecimento, no que tange a relação sujeito e objeto, seria a totalidade destas duas dimensões; o entendimento e a sensibilidade, a dimensão instrumental, lógica, analítica, e a dimensão do cordial e do sensível, visando a multidimensionalidade de saberes. A formação integral, considerando o aperfeiçoamento de aspectos físicos, sociais, emocionais e culturais, reconhece a singularidades dos indivíduos ao resgatar suas identidades, aguça a capacidade e a sensibilidade de refletir sobre nossa realidade, e nosso papel enquanto participantes e operantes no meio social

#### **4 Considerações finais**

Foi possível perceber, durante a pesquisa, que o neoliberalismo, uma realidade complexa, que modifica drasticamente a vida contemporânea, não é apenas uma forma de ordenamento econômico e político, mas uma nova condição para viver, uma nova razão para um novo homem. Trata-se de um momento histórico em que a economia, cultura, formas de subjetivação, universo jurídico e educativo, se unem para a resignificação dos sujeitos, personagens estes que se (re)modelam e se (re)colocam no mundo, a partir do pressuposto de que cada um de nós se torne uma pequena empresa, e que tenha por essência a competitividade. Constituiu-se uma nova racionalidade que permeia não só nosso trabalho, mas também nossas formas de falar, conviver, pensar, amar, entre tantas outras ações cotidianas.

O neoliberalismo, antes de ser uma ideologia ou uma política econômica, é fundamentalmente um conjunto de teorias e práticas, que tende a estruturar e organizar não apenas a ação dos governantes, mas a conduta dos próprios governados (Dardot; Laval, 2016, p. 17). E agora, com o advento dessa nova racionalidade técnica, as palavras de ordem são: privatização, concorrência e rentabilidade. Assim, os interesses privados acabam prevalecendo e o mandamento é o “cuida-te de ti mesmo” trazendo a ideia de devoção e de responsabilidade exclusiva do próprio sujeito que, segundo essa lógica, deve produzir, independentemente de quaisquer problemas; ou se é rentável, ou não deve permanecer na disputa pelo sucesso.

Respondendo à questão problema do início deste trabalho - que fundamentos a racionalidade neoliberal propõe para a constituição de neossujeitos no contexto da educação escolar? – Assumimos que as instituições de ensino, parte constituinte da sociabilidade, estão agora, segundo esse arranjo ideológico, se adequando às imposições do mercado em detrimento a uma educação integral e humanizadora, aquela que não padroniza, mas que

considera o sujeito enquanto ser social e que garante o desenvolvimento da criticidade e da autonomia, promovendo formação cultural, capacidade para o diálogo e exercício da liberdade para todos. O próprio ato educativo, enquanto um processo humanizador, é um ato político, é um ato de responsabilidade e de amor à humanidade. E essa forma de educar só é completa ao se estabelecer equilíbrio entre as diversas instâncias do conhecimento que passa pela ciência, filosofia, artes e técnica em função da construção das subjetividades e da sociabilidade democrática.

Considerando a mobilização de possibilidades, conhecimentos e recursos que lutamos para alcançar diariamente no campo da educação, é problemático pensar os sujeitos, no processo de formação, dissociados do “eu indivíduo”. Isto pois, só é justificável pensar no educador e no educando, em suas potencialidades e dificuldades, quando se considera todos os contextos e todas as características individuais, adquiridas e desenvolvidas ao longo da vida. Ao saber pedagógico precede uma gama de saberes construídos através de observações e vivências que, inclusive, integra o saber pedagógico, portanto, é preciso que se considere essas experiências adquiridas.

Se tudo que vivemos constrói o que somos, assim também acontece com a lógica competitiva que nos é ensinada cotidianamente e cada vez mais cedo, a qual nos faz ponderar sobre a interferência da pseudoautonomia a que professores e alunos são submetidos, uma vez que, como vimos, a lógica do mercado age sobre a educação na construção do neossujeito, em mundo cada vez mais globalizado e competitivo. É preciso analisar os métodos educacionais que têm ganhado espaço atualmente – o pragmatismo do ensino, o tecnicismo, a expansão da EaD - e olhar criticamente para os rumos a que a prática do ensino se destina. Apesar do grande avanço na educação ainda existe um olhar estrutural que a vê como um produto e não como um processo. Logo, a grande reforma do neoliberalismo é a transformação da consciência do sujeito, desvinculando-o de sua história, fazendo-o adentrar cada vez mais no abismo da luta por produção de capital, de forma que, indiretamente, se esqueça, perca sua subjetividade e individualidade e se massifique.

Se por um lado, a racionalidade estética enxerga todos os envolvidos como parte do processo formativo, considerando a educação como direito para potencialização da vida, por outro lado, a concepção de governamentalidade empresarial tipifica os envolvidos como partes responsabilizadas pelo processo educativo, mas guiados por valores e mecanismos da empresa capitalista que visa a produtividade, lucro e concorrência destrutiva. Desse modo, configura-

se uma educação instrumental, certificadora e direcionada para o cumprimento de metas, preparação dos sujeitos para o mercado de trabalho e empreendedorismo.

Portanto, de modo a rompermos com as formas de controle e vigilância, estabelecidas a partir do discurso neoliberal que atravessa a educação, e pensarmos nas escolas enquanto instituições sociais, atualizadas e comprometidas com a formação integral, precisamos considerar um processo de análise de ideias e ideais que foram impostos a nós e adentrar em um novo caminho de relacionamento com quem somos, de forma ativa e crítica, exercendo práticas que descondicione comportamentos já internalizados, como a visão de sujeitos empreendedores de si e a competitividade enquanto uma disciplina pessoal. Propomos estudar modos de dar espaço à racionalidade estética que valoriza o ser humano em sua totalidade e promove uma educação de viés humanista, considerando possibilidades múltiplas de expressão, construção e valorização do ser, que promove tanto a singularidade quanto a pluralidade, e faz com que os sujeitos despertem, se libertem e se descubram, tornando possível, desse modo, o desenvolvimento de suas potencialidades e viabilizando o desenvolvimento da consciência crítica na práxis, frente aos desafios do atual cenário educacional brasileiro.

### **Referências:**

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo, : ensaio sobre a sociedade neoliberal**. São Paulo: Editora Boitempo, 2016.

DARWIN, Charles. **A origem das espécies**, 6a. ed. Tradução de Ana Afonso. Leça da Palmeira, Portugal: Editora Planeta Vivo, 2009a.

FOUCAULT, Michel. **A hermenêutica do sujeito**. Tradução Márcio Alves da Fonseca; Salma Tannus Muchail. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

GENTILI, Pablo. **Pedagogia da exclusão: crítica ao neoliberalismo em educação**. Petrópolis: Ed. Vozes, 1995.

JAEGER, Werner. **Paideia: A formação do homem grego**. Tradução de Artur M. Parreira. 4.ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

KANT, Immanuel. **Crítica da Razão Pura**. 5ª Edição. Trad.: Manuela Pinto e Alexandre Morujão. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2001.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. **Emílio ou Da educação**. Trad. Sérgio Milliet. 3.ª edição. Rio de Janeiro, DIFEL, Difusão Editorial S. A. 1979.



SMITH, Adam. **A Mão invisível**. São Paulo: Penguin — Companhia das Letras. 2017.

TARDIF, Maurice. **Saberes docentes e formação profissional**. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2002.

## **ENTRE O NEOTECNICISMO EMPREENDEDOR E A AUTORIDADE DOCENTE**

**Resumo:** O neotecnismo empreendedor, compreendido como atribuição ao acesso às tecnologias de informação e comunicação como aspecto primário da socialização e uma leitura de mundo mais pragmática, influenciam os novos contextos educacionais. Nesta conjuntura, a autoridade docente entrou em declínio, uma vez que este é retirado do papel central do processo educacional, sendo substituído cada vez mais pela tecnologia. Também a sua autoridade, enquanto detentor dos saberes sobre os objetos dos currículos educacionais, declina, na medida em que todos têm acesso à informação a palma da mão, através de *smartphones*, por exemplo. Nesta perspectiva, o presente trabalho busca responder à seguinte questão: entre o passado e o

futuro, quais os desafios se colocam para o exercício do papel do educador do presente? Para responder a esse questionamento, realizou-se uma pesquisa bibliográfica, tendo como os principais referenciais teóricos Rousseau (1995) e Arendt (2007). A partir do entendimento do papel do docente segundo as perspectivas filosóficas de Rousseau e Hannah Arendt contrapõe-se aos desafios enfrentados pelos educadores na sociedade contemporânea para exercer sua função social. Estas perspectivas filosóficas permitem repensar o papel do educador nos novos contextos, reafirmar a sua posição central como educador governante, autoridade social e pedagógica, que contribui para a formação dos sujeitos para a sociedade.

**Palavras-chaves:** autoridade; governança em educação; neotecnicismo empreendedor; Rousseau; Hannah Arendt.

## 1 INTRODUÇÃO

O fim do século XX e início do século XXI trouxe consigo um novo contexto, chamado de neotecnicismo empreendedor para o setor da educação. Este pode ser entendido como a centralização do acesso às tecnologias de informação e comunicação, que passam a ocupar um papel primário no processo de socialização. Ainda neste contexto, o modo como se enxerga o mundo passa a associar a felicidade ao lucro, de tal forma que a educação não tem como função a promoção de autonomia e cidadania, mas como missão a produção de um indivíduo útil à produção mercadológica. Trata-se aqui da valorização do mundo do labor, em detrimento do mundo do pensamento, como compreende Arendt (2007).

Arendt indica que, na modernidade, há um declínio da autoridade em diversos setores da vida social e que esse processo está relacionado ao declínio da tradição. No contexto da sociedade atual, marcada pela presença excessiva dos aparelhos tecnológicos de comunicação, o declínio da autoridade do professor é percebido dentro das salas de aula, seja através do uso de algoritmos, transferência das funções dos professores para as máquinas, como por exemplo a elaboração e correção de testes (ZUIN; ZUIN, 2020), ou até mesmo pelo uso excessivo de celulares durante as aulas que, em alguma medida, menospreza a identidade docente, desvalorizando, assim o acolhimento, a emoção, a troca e a humanidade entre alunos e professores no plano real, social e político. (PEREIRA; ZUIN, 2019).

Além disso, como apontam Gruschka e Zuin (2020), as cenas de violência dirigidas contra professores vistas nas salas de aula, decorrência de suas intervenções quanto ao uso de *smartphones*, tem como uma das possíveis razões o declínio da autoridade docente, ocasionado pela utilização dos meios digitais. É forçoso admitir que um aparelho de celular se tornou parte do próprio corpo de todos os indivíduos, não só dos estudantes. Porém, em sala de aula seu uso

se torna um obstáculo para práticas educacionais como ocorriam em épocas anteriores à democratização do acesso a essas tecnologias. Tudo isso, associado a políticas de desvalorização do trabalho docente, contribui para que a figura do professor perdesse parte de seu prestígio social.

Entretanto, as tecnologias da informação e comunicação não são absolutamente maléficas à educação. Com a precarização da profissão docente, sobretudo no ensino superior, fruto da lógica neoliberal, faz com que plataformas como o *YouTube* se tornem fonte de renda para professores com motivação criativa e inovadora. Isto faz com que se encontre conteúdos de qualidade, capazes de realmente auxiliar na construção de conhecimento crítico e autônomo por parte dos estudantes sobre os mais diversos assuntos.

Soma-se a isso as medidas de contenção da pandemia da COVID-19, que assolam o mundo ainda neste ano de 2021, que fizeram com que a relação docente-discente fosse, em alguma medida, apenas possível através da mediação tecnológica. As aulas via plataformas, como *Zoom*, *Meet*, *Teams*, realizadas de maneira síncrona, ou roteiros e atividades assíncronas via ambiente virtual de aprendizagem, obrigaram mesmo os docentes mais receosos a aventurar-se através da educação mediada por tecnologia.

Neste cenário, o presente trabalho é levado à seguinte pergunta: entre o passado e o futuro, quais os desafios se colocam para o exercício do papel do educador do presente? A questão proposta faz alusão a um livro clássico de Hannah Arendt, e pretende catalisar a discussão sobre a autoridade docente em contexto da sociedade tecnológica do início do século XXI e de como se torna necessário arquitetar o papel docente a partir dos desafios que os processos educativos atualmente impõem.

Como objetivos para o desenvolvimento deste trabalho propomos: caracterizar a função social do educador nas perspectivas de Rousseau e Arendt; relacionar o conceito de autoridade com o papel do educador e apontar alguns dos grandes dilemas para o trabalho docente na sociedade da cultura audiovisual.

Para responder ao problema proposto, utilizaremos como referencial teórico a obra *Emílio*, de Jean-Jacques Rousseau, e a obra *Entre o passado e o futuro*, de Hannah Arendt. Estas obras serão o principal suporte para reafirmarmos as concepções de educação e autoridade desses pensadores e, que a nosso ver, ainda são atuais. Deste modo, os passos que constituirão nossa análise serão: 1) A concepção educacional de Rousseau; 2) Hannah Arendt e a relação entre educação e autoridade; e 3) Rousseau e Arendt diante dos dilemas contemporâneos para o exercício da função docente.

## 2 A concepção educacional de Rousseau: o pedagogo governante

O pressuposto da pedagogia de Rousseau é apresentado a partir do seguinte mote: o homem é naturalmente bom, sendo depravado pela sociedade. A educação tem a função, portanto, de conservar no homem aquilo que ele aprende da natureza, de modo que esta se torna uma educação negativa<sup>14</sup>. O centro do processo de tal pedagogia é o ato de ser livre e a prática da autonomia, elemento primordial para a democracia rousseuniana, visto que é a base para uma vontade geral infalível (ROUSSEAU, 2006). Desse modo, Rousseau atrela a sua pedagogia à concepção de uma política democrática.

Note-se que esta noção que relaciona pedagogia à democracia ressoa na Constituição Federal da República do Brasil. Em seu artigo 205, o texto constitucional afirma que: “A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.” Com isso, a educação constitui-se, primeiramente, como política pública, que implica participação de toda sociedade civil, para que seja democrática em seus princípios<sup>15</sup>. Ela busca o desenvolvimento pleno da pessoa humana, inclusive socioemocional<sup>16</sup>. Tem por objetivo a formação cidadã, portanto, de um indivíduo autônomo, como propõe Rousseau, e que esteja apto ao mundo do trabalho.

Ao tratarmos da questão constitucional da educação como preparação para o exercício da cidadania, devemos lembrar que este, em uma sociedade democrática, pressupõe autonomia. No entanto, a escola tornou-se uma instituição de normalização dos indivíduos em preparação para o mercado de trabalho, dando preferência a apenas um aspecto do texto da Carta Magna<sup>17</sup>. Nesse sentido, poderíamos problematizar se do modo como nossas escolas hoje são estruturadas cultivam a autonomia no discente? Se assumem de fato como missão prioritária a formação para a cidadania?

---

<sup>14</sup> “A primeira educação deve ser puramente negativa. Consiste, não em ensinar a virtude ou a verdade, mas em proteger o coração contra o vício e o espírito contra o erro. Se pudésseis nada fazer e nada deixar que fizessem, se pudésseis levar vosso aluno são e robusto até a idade de doze anos sem que ele soubesse distinguir a mão esquerda da direita, desde vossas primeiras lições os olhos de seu entendimento se abriria para a razão.” (ROUSSEAU, 1995, p. 91).

<sup>15</sup> Neste sentido que se constituem Conselhos de Educação em seus mais diversos níveis (Federal, Estadual e Municipal) e os Conselhos de Escola.

<sup>16</sup> A competência geral número oito da Educação Básica, preconizada na BNCC, promove a educação socioemocional quando afirma: “Conhecer-se, apreciar-se e cuidar de sua saúde física e emocional, compreendendo-se na diversidade humana e reconhecendo suas emoções e as dos outros, com autocrítica e capacidade para lidar com elas.” (BNCC, 2018, p. 10)

<sup>17</sup> Essa priorização do mundo do trabalho em detrimento à formação cidadã poderá ser evidenciada ainda em Arendt, ao tratar da questão do mundo do labor e do pensamento, já anunciados em nossa introdução.

As noções de autonomia e autoridade em pedagogia, entretanto, não aparecem de maneira aleatória na obra de Rousseau. Trata-se de um movimento crítico à educação tradicional de seu tempo, dada pelo método escolástico. De modo resumido, a educação escolástica reforçava o papel da autoridade do docente em seus mais diversos níveis. Vale lembrar que é no período medieval que surgem as primeiras corporações de ofício nas quais os intelectuais se organizam e passam a fazer uso público da razão, notadamente, as Universidades (LE GOFF, 2003). Dentro desta nova estrutura educacional, o ensino passa a se organizar através do comentário aos textos clássicos da filosofia, em especial o ensino da obra recém-chegada de Aristóteles, em torno de 1150. Além disso, organizam-se contendas entre alunos, em que o debate era resolvido pelo professor, responsável por solucionar a questão, mediante as objeções apresentadas pelos debatedores. Toda esta metodologia reforçou um papel autoritário e um verticalismo em educação nos seus mais diversos níveis.

Rousseau, por outro lado, busca reforçar o papel do educador e do meio no processo educativo. Segundo Wendt e Dalbosco, “o primeiro com o papel de ofertar ao seu aluno a experiência, o contato, com tudo que o circunda. O segundo, como mediador da relação da criança com aquilo que vai descobrindo.” (2012, p. 238). Neste sentido, parece-nos que, diante da atual situação, o filósofo genebrino indicaria o caminho da mediação da experiência entre aluno e o meio, ainda que este meio seja o *YouTube* e demais redes sociais. Pode-se levantar aqui dupla objeção: Se a educação rousseuniana busca restaurar no homem os valores anteriores a sociedade, ou seja, da natureza, como podemos pensar o papel de um educador ao invés da permissividade total? Ainda que compreendamos o papel do educador e sua autoridade de outro modo, as novas tecnologias são resultados da sociedade, não da natureza, como conciliá-las à ideia de retorno à natureza?

Quanto à primeira objeção, sobre a restauração dos valores naturais do homem, cumpre dizer que a proposta rousseuniana de educação não é um ato de permissividade total. A liberdade proposta por Rousseau não pode, de maneira alguma, ser confundida com licenciosidade, ausência total de limites, e até mesmo com a falta de normatividade. Do contrário, os impedimentos e as regras podem estar inseridos nas especificidades demandadas

pelo educando<sup>18</sup>. Ademais, tais limites precisam ser considerado com a firmeza necessária, tendo em vista a própria felicidade da criança e o projeto democrático<sup>19</sup>.

Isto é dito de maneira que parece ser repetida por um ilustre poeta contemporâneo: “meninos mimados não podem reger a nação” (CRIOLO, 2017). Um cidadão, que na democracia participa do governo de seu Estado não pode ser um indivíduo “mimado” que busca apenas a satisfação de seus interesses pessoais. É necessário recordar-se aqui da finalidade da política em Rousseau, que é a promoção do bem comum. Basta que se pense no modelo de governo que o filósofo genebrino se opõe, a saber, o absolutismo. Monarcas absolutistas confundiam a sua *persona* com a pessoa do Estado, como é o caso do Rei Luís XIV, da França, que disse que o “Estado sou eu”. Esta política do absolutismo monárquico é marcada por certo despotismo que busca a promoção do bem para o monarca, não para a sociedade. Numa sociedade democrática, um homem público, como pensa Rousseau, é educado para a autonomia, mas também para reconhecer certos limites da moralidade, que o impedem de realizar certas buscas em nome do bem comum. É por isso que a educação não pode ser vista como total permissividade, pois a política não é pura permissividade, e a pedagogia está atrelada a função de construção de uma sociedade democrática que visa a promoção do bem comum a todos os indivíduos que a compõem.

À segunda objeção, aponta que tal questão só pode ser levantada segundo uma leitura de Rousseau primitivista baseada, sobretudo, numa assimilação da ideia de natureza rousseuniana àquela proposta pelos românticos. Autores românticos propõem que tudo aquilo que é natural opõe-se àquilo que é social, compreendido como artificial. Segundo Wendt e Dalbosco (2012), não é neste sentido que a obra do autor de Genebra nos encaminha. Para eles o natural da educação está estritamente relacionada à sociedade, compreendida como caráter normativo. Tal interpretação pode ser reforçada pela concepção do filósofo da impossibilidade de retornar-se ao estado de natureza, em que não haveria sociedade. É preciso que se retorne aos valores naturais, ao mesmo tempo em que se reforce o papel normativo da sociedade, como apontado inclusive na resposta à objeção anterior. Deste modo, as tecnologias da comunicação e as demais redes sociais também se encontram como meio, locais possíveis onde o educando

---

<sup>18</sup> “Daí com prazer, recusai somente com repugnância, mas que todas as vossas recusas sejam irrevogáveis; que nenhuma importunidade vos abale; que o não pronunciado seja um muro de bronze, contra o qual a criança não terá investido cinco ou seis vezes e já não tentará derrubá-lo.” (ROUSSEAU, 1995, p. 88).

<sup>19</sup> “Como posso conceber que uma criança de tal modo dominada pela cólera e devorada pelas paixões mais irascíveis possa algum dia ser feliz? Feliz, ela! É um déspota; ao mesmo tempo, é o mais vil dos escravos e a mais miserável das criaturas.” (ROUSSEAU, 1995, p. 81).

pode realizar e reconhecer experiências. O educador tem como função apresentar o educando a este meio, atuando como mediador entre os dois. É neste sentido que o filósofo apresenta que o papel do educador seja o de um governo temporário do educando, que deve assumir seu próprio governo ao chegar a maioridade.

Neste sentido, Rousseau e sua proposta pedagógica iluminam algumas das questões que foram levantadas ao início deste texto, sobre o papel do educador diante das novas tecnologias. Sua responsabilidade, neste cenário, é de apresentar estas tecnologias aos educandos, sempre buscando um fortalecimento da consciência moral, do reconhecimento de seus limites e de seu uso crítico. Nota-se, novamente, como esta noção de papel do educador como alguém que apresenta aos alunos o meio, inclusive o digital, ressoa na legislação educacional brasileira. A Base Nacional Curricular Comum, de 2018, preconiza como competência geral de toda a Educação Básica o seguinte:

Compreender, utilizar e criar tecnologias digitais de informação e comunicação de forma crítica, significativa, reflexiva e ética nas diversas práticas sociais (incluindo as escolares) para se comunicar, acessar e disseminar informações, produzir conhecimentos, resolver problemas e exercer protagonismo e autoria na vida pessoal e coletiva. (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2018, p. 9)

Desta forma, é parte da tarefa docente apresentar aos educandos este meio, mas para que os utilizem de forma autônoma, crítica, significativa e reflexiva, através de uma consciência moral solidamente formada através da relação professor-aluno. Como pretendemos reforçar na sequência deste trabalho, além de apresentar estas tecnologias, é papel do educador dominá-las, ser conhecedor de cada uma delas, tal qual deve ser com qualquer outro componente curricular que deve apresentar aos seus alunos. Isso é essencial para que o professor exerça o papel de educador governante, como pretendia Rousseau, criador e condutor da experiência educativa, de maneira que esta última tenha forte ênfase preparatória para o exercício de sua liberdade e atuação política.

Diante destes novos meios, é preciso retomar a compreensão do educador como governante. A relação entre educador e educando é uma relação de preparação, de forma que, no meio em que se insere o educando não se guie apenas por seus instintos, mas está sob supervisão de um adulto consciente do lugar destes instintos na experiência educativa e no modo como devem ser canalizados na experiência humana. Por conta disso, o professor é governante. Guia o aluno dentro destes meios, até o momento em que ele consegue realizar seu autogoverno e, por isso, é governante temporário.

O papel do educador governante é o de orientar o aluno, promovendo seus primeiros direcionamentos, mas não a deixando livre. Como se sabe, o uso das tecnologias digitais pode ser danoso de diversas formas para todos os alunos das diversas etapas da educação básica. É danoso na medida em que o volume de informações impossibilita a avaliação de sua qualidade e veracidade de maneira crítica, mas também por conta do *cyberbullying*, assédio sexual e pedofilia. Neste sentido, o professor atua para promover o bem-estar do aluno neste meio, porque sua ausência pode causar problemas de ordem psicológica e intelectual.

### 3 Hannah Arendt: educação e autoridade

Hannah Arendt discute a educação na obra *Entre o passado e o futuro*. É neste texto que a autora expõe o tempo/espaço do presente, uma quebra entre o passado e o futuro, compreendido como um campo de forças antagônicas, e o modo como devemos lidar com ele.

É preciso notar que Arendt, nesta escrita, não pretende discutir a questão do tempo. Não é nesta obra que a autora realiza uma investigação aos moldes agostinianos sobre o conceito de tempo. A questão aqui é de uma análise entre as forças do passado, da história, e as do futuro<sup>20</sup>, a partir do tempo presente e de suas crises, como a crise da educação. Tal crise se apresenta para a autora como uma crise na própria noção de autoridade, uma vez que ela indica tais áreas como pré-políticas, em que a autoridade era naturalmente aceita e estabelecida, mas que atualmente a autoridade neste âmbito não é mais segura. Segundo Arendt (2007, p. 47):

O sintoma mais significativo da crise, a indicar sua profundidade e seriedade, é ter ela se espalhado em áreas pré-políticas tais como a criação dos filhos e a educação, onde a autoridade no sentido mais lato sempre fora aceita como uma necessidade natural, requerida obviamente tanto por necessidades naturais, o desamparo da criança, como por necessidade política, a continuidade de uma civilização estabelecida que somente pode ser garantida se os que são recém-chegados por nascimento forem guiados através de um mundo preestabelecido no qual nasceram como estrangeiros. Devido a seu caráter simples e elementar, essa forma de autoridade serviu, através de toda a história do pensamento político, como modelo para uma grande variedade de formas

---

<sup>20</sup> “A primeira coisa a ser observada é que não apenas o futuro – “a onda do futuro” –, mas também o passado, é visto como uma força, e não, como em praticamente todas as nossas metáforas, como um fardo com que o homem tem de arcar e de cujo peso morto os vivos podem ou mesmo devem se desfazer em sua marcha para o futuro. Nas palavras de Faulkner: “o passado nunca está morto, ele nem mesmo é passado”. Esse passado, além do mais, estirando-se por todo seu trajeto de volta à origem, ao invés de puxar para trás, empurra para a frente, e, ao contrário do que seria de esperar, é o futuro que nos impele de volta ao passado. Do ponto de vista do homem, que vive sempre no intervalo entre o passado e o futuro, o tempo não é um contínuo, um fluxo de ininterrupta sucessão; é partido ao meio, no ponto onde “ele” está; e a posição “dele” não é o presente, na sua acepção usual, mas, antes, uma lacuna no tempo, cuja existência é conservada graças à “sua” luta constante, à “sua” tomada de posição contra o passado e o futuro.” (ARENDR, 2007, p. 17).



autoritárias de governo, de modo que o fato de mesmo essa autoridade pré-política, que governava as relações entre adultos e crianças e entre mestres e alunos, não ser mais segura significa que todas as antigas e reputadas metáforas e modelos para relações autoritárias perderam sua plausibilidade. Tanto prática como teoricamente, não estamos mais em posição de saber o que a autoridade realmente é.

No excerto acima percebe-se, logo de início, que a educação é uma área pré-política, em que a autoridade, como a do professor ou do pai/mãe, é vista como uma necessidade natural. O indivíduo precisa ser protegido pela família e educado pela escola, e isso implica que haja uma autoridade protetora e educacional. O pai e a mãe são autoridades, porque são responsáveis diretos pela manutenção da vida dos filhos, provendo alimento, cuidando de sua saúde, dando-lhe as primeiras noções de respeito e moralidade. O educador, no que lhe concerne, é visto como autoridade na medida em que há uma necessidade política de conservação da civilização no tempo presente e, ele é o responsável por apresentar o nosso mundo às novas gerações.

A necessidade política da conservação da civilização indica o caráter público do educador, sendo incumbido pela sociedade no papel de autoridade educadora diante dos novos seres humanos que chegam a esse mundo. Neste sentido, ele move-se como autoridade, ainda que pré-política, em preparação para a vivência pública do aluno.

Contudo, com o avanço da modernidade, estas autoridades vêm sendo colocadas em questionamento. Um adolescente que apresenta atitudes de indisciplina e de questionamento da autoridade do professor pode, por um lado, repetir estas atitudes em casa. Outra possibilidade, que ocorre com maior frequência, é que a indisciplina e o questionamento da autoridade do professor sejam suplantados pelos seus pais, como relatam Pereira e Zuin (2019). Na pesquisa dos autores sobre a autoridade enfraquecida e a violência contra professores é possível notar que no livro de ocorrência escolar os pais dão suporte para a indisciplina do alunado, como é visto na citação dos autores do Livro de Ocorrências da escola em que se deu a pesquisa, no dia 4 de setembro de 2014:

*O aluno T.R.S. [2º ano – tarde]4 foi encaminhado à direção porque “estava brincando” durante a aula da professora de Sociologia, A. C., e quando chamou sua atenção ficou rindo. O pai foi informado e disse que acreditava na versão do filho e que se a professora quisesse que ele comparecesse à escola “iria escutar o que não queria” e “que seu filho jamais foi à direção” e “que acreditava que a professora foi injusta com seu filho”. (LIVRO DE OCORRÊNCIAS citado por PEREIRA; ZUIN, 2019, p. 14)*

Conforme se observa no livro de ocorrências citado pelos autores, pode-se notar que a autoridade pré-política do professor não é mais aceita como natural. Há espaço para conjecturar

que a atitude do pai de dar suporte à versão do filho, não à da docente, seja uma tentativa de resguardar sua autoridade perante a sua prole intacta, em detrimento da professora. Diante de um momento em que a autoridade paterna também é questionada junto à docente, reconhecer que o filho está errado pode ser visto pelo pai como um reconhecimento de uma falha em seu papel como educador, como alguém que prepara seu filho para a vida em sociedade através de certos limites de boa convivência e de respeito pelos mais velhos, respeito esse que é exercido, já na infância, no ambiente escolar, através do respeito à figura do professor.

Mesmo diante dessas circunstâncias, a educação ainda aparece no texto arendtiano como meio, segundo Almeida (2008), entre um mundo que é dos mais velhos, e o potencial transformador e renovador que as crianças trazem consigo. É, portanto, uma etapa necessária para o indivíduo e garantia da novidade dos tempos vindouros.

A reflexão arendtiana sobre autoridade é iniciada a partir de uma constatação da autora que não há em sua época uma experiência incontestada sobre o que é uma autoridade. Ao dizer sobre isso, parece possível, e até mesmo cabível, a presunção de que a autora estava se referindo ao desaparecimento dos líderes dos regimes totalitários (para ela, os regimes nazistas e soviéticos, de Hitler e Stalin). No entanto, segundo a filósofa, a autoridade não inclui o uso da força, enquanto os líderes destes regimes tiveram a força bruta como elemento imprescindível para sua ascensão e manutenção<sup>21</sup>. Segundo a autora: “Visto que a autoridade sempre exige obediência, ela é comumente confundida como alguma forma de poder ou violência. Contudo, a autoridade exclui a utilização de meios externos de coerção; onde a força é usada, a autoridade em si mesmo fracassou.” (ARENDRT, 2007, p. 47).

O trabalho de Gruschka e Zuin (2020) faz uma análise de situações em que autoridade educacional tentou, através da força, reestabelecer-se. O primeiro exemplo é o de um professor que destrói o celular de uma aluna, pois este atrapalhava a aula ao tocar *funk*. No segundo, a professora confisca o celular da aluna, mas esta entra em embate físico com a docente, e acaba por sair vencedora. O que deve ser notado nos exemplos dos autores é o seguinte: a autoridade não inclui o uso da força, e tentar reavê-la pela força é uma falência do pacto educacional realizado entre professores e alunos<sup>22</sup>.

---

<sup>21</sup> Sobre isso ver ARENDRT, 1989.

<sup>22</sup> Para Gruschka e Zuin (2020), o professor que quebrou o celular da aluna realizou um ato heroico, que gerou um sentimento de admiração em seus estudantes, relatado pela interjeição “Cara!” de um dos alunos após o momento. Contudo, ao ver o vídeo, a interjeição parece ser usada mais num sentido de espanto ou surpresa do que admiração. Não parece possível, pela interjeição de um só, que pode ser interpretada diferentemente, concluir que parte da turma, ou toda a turma admirou o professor como se admira a um herói. Sobretudo, não parece digno de atribuir o adjetivo *heroico* a um professor que fere a individualidade da aluna, quebra um pertence que custou o dinheiro de seus pais, em um ato que revela

Para Arendt (2007), não é a ausência da força que levou a perda da autoridade. O que nos levou à perda foi, sobretudo, a perda da tradição, que resultou na perda da segurança. De fato, a tradição foi aquilo que conduziu a humanidade no passado, permitindo que esta enfrentasse às intempéries dos tempos através de um guia. Neste sentido, a perda da tradição implica no esquecimento do passado. Vale lembrar aqui os moldes da educação medieval, já relatados acima, em que o ensino se dava através da tradição, que, sobretudo a partir do século XIII, baseou-se na leitura das autoridades, seja ela Aristóteles, Platão, Pedro Lombardo, Agostinho e os assim chamados *Padres da Igreja* (LE GOFF, 2003).

As condições pelas quais a autoridade desaparece na esfera política geram a crise na educação, como crise de autoridade. A autoridade pedagógica atua num sentido de fazer com que as pessoas obedeçam, compreendam o conteúdo, ao mesmo tempo em que retenham sua liberdade. Neste caminho de conceitualização terminológica, a autora faz referência a Platão.

Na obra *A República*, Platão está interessado na discussão política. A obra inicia-se com uma questão primeira, que é sobre mais vantajoso ser justo que injusto. De modo a resolver o debate, o personagem Sócrates busca antes de tudo compreender o que é justiça. É para isso que surge a grande imagem da Cidade Ideal, ela, que deve ser uma cidade justa, manifesta a justiça em cada um dos cidadãos. Uma cidade justa é aquela em que os governantes governam, os guardiães defendem os interesses dos governantes e, por fim, controlam o povo. Mas quem deve governar? O governante deve ser o mais sábio entre os guardiães, neste sentido que se diz que Platão defende que o rei seja filósofo.

No entanto, quando nos aprofundamos no texto platônico, descobre-se tratar também ali de um texto sobre a prática educacional. De fato, Homero, e por extensão todos os poetas, era visto como o educador da Grécia. Reformar a educação grega é, num interesse último, alcançar a própria virtude para a cidade e os homens que nela habitam. É notável que, por isso, Platão expulsa os poetas da Cidade Ideal, no Livro X da *República*. Também neste sentido que o novo governante também será o educador<sup>23</sup>.

O movimento argumentativo de Hannah Arendt ao suscitar o texto platônico é o de atrelar autoridade e conhecimento. Trata-se aqui de um conhecimento especializado que infunde confiança. Esta relação importa a nossa discussão inicial sobre o papel do educador em meio à atualidade e será retomada adiante.

---

claro descontrole emocional. Parece mais que houve uma quebra do pacto educacional de respeito entre ambas as partes.

<sup>23</sup> Sobre isso ver JAEGER (2003)

Ainda que reforçada a autoridade docente através de uma maior capacitação, cumpre notar que para a autora este conceito implica uma “obediência na qual os homens retêm sua liberdade” (ARENDR, 2007, p. 52). Almeida (2007) afirma que a liberdade para a autora consiste numa capacidade humana de fazer um início. Esta capacidade de fazer um novo início é uma aposta da filósofa em um mundo mais humano. Conforme denota Almeida (2007), Arendt é uma pensadora do “apesar de”, que diante da barbárie, prefere apontar caminhos para a construção de um mundo mais humano e humanizante, onde seja possível conviver<sup>24</sup>. Neste sentido, a educação possui duas tarefas fundamentais, a de introduzir as novas gerações num mundo que os antecede, contribuindo através desta tarefa para que os estudantes conheçam o passado, a tradição, através do conhecimento da arte, da literatura, da filosofia, das ciências e dos valores; mas também, neste processo, contribuir para que estes desenvolvam sua singularidade, que é condição de possibilidade para a construção de um mundo novo<sup>25</sup>. A educação, portanto, é necessária para a introdução das crianças em nosso mundo comum.

O exemplo desta educação em preparação para o mundo em comum é retirado pela filósofa da experiência educacional estadunidense. Durante e após a Segunda Guerra Mundial, os Estados Unidos da América receberam grande quantidade de imigrantes das mais diversas origens, incluindo uma quantidade considerável de pensadores alemães, como Arendt, Horkheimer, Erich Fromm, entre outros. Esses novos habitantes, tanto velhos quanto crianças, estão diante do Novo Mundo, e devem (re)aprender os códigos sociais, num processo que a autora chamou de americanização. A americanização reforça, primeiramente, a perda do sentido comum no qual a sociedade se encontrava neste período sombrio, como também aponta para a tarefa educacional da preparação da criança, o indivíduo para o qual tudo é novo, neste mundo comum, o mundo dos velhos, que já está posto.

Neste sentido, é papel dos pais a responsabilidade pela vida das crianças, como também pela continuidade do mundo. A família é, portanto, o primeiro local em que os mais novos se prepararam para o mundo comum. Na escola, o estudante sai da esfera privada de seu lar, para encontrar-se com o domínio público. Nesta posição, o educador adquire o papel e a responsabilidade de ser representante do mundo.

---

<sup>24</sup> “Apesar de tudo — mesmo apesar da barbárie do mundo moderno —, precisamos apostar no mundo humano. Esse é o espaço humano e ao mesmo tempo humanizante. Contudo, o ser humano também é capaz de destruí-lo e, com isso, possibilitar a barbárie como, segundo Arendt (1990), ficou evidente nos regimes totalitários. Isso não deve ser esquecido nem desculpado, mas temos de encontrar formas de continuar convivendo neste mundo.” (ALMEIDA, 2007, p. 471)

<sup>25</sup> “Não preparamos as crianças apenas para funcionar e satisfazer suas necessidades e desejos, mas para que futuramente possam fruir e recriar o mundo.” (ALMEIDA, 2007, p. 470)

#### 4 Os desafios da autoridade pedagógica no contexto do neotecnicismo e da cultura audiovisual

Como ficou demonstrado acima, Rousseau e Arendt ainda que nomeiem de maneira diferente o papel do educador, parecem atribuir-lhe um sentido muito parecido. Se de um lado, para o genebrino, o papel do educador é um papel de governante temporário, como também deve atuar cultivando no educando a sua natureza, sendo mediador entre este e o meio. Arendt, por outro lado, compreende o docente como autoridade pedagógica e social, tendo em vista sua responsabilidade de representante do mundo comum, responsabilidade que é atribuída pela sociedade e que ele assumirá diante dos educandos escolares. Estas duas posições, justapostas, não parecem ser muito diferentes. O educador como governante e como autoridade parecem noções bastante próximas, e seu papel de mostrar o mundo ou ser representante do mundo são muito parecidos. Além disso, o trabalho do educador é preparar seus alunos (seja em Rousseau, ou Arendt) para a vida política – no primeiro, a educação prepara para a cidadania democrática; na segunda, o ambiente educacional surge de uma necessidade política, a saber, a conservação da civilização e a possibilidade de construção de um mundo comum como vimos acima.

Há discordância entre os dois é enunciada pela própria Arendt, na relação entre educação e política. Como visto anteriormente, Rousseau defende o papel central da educação para a criação e manutenção da democracia. Ela é uma das responsáveis pela autonomia do cidadão, preceito fundamental para que a vontade geral e soberana não possa errar. Hannah Arendt (2007) aponta para uma direção contrária afirmando que “um ideal educacional, impregnado de Rousseau e de fato diretamente influenciado por Rousseau, no qual a educação tornou-se um instrumento da política, e a própria atividade política foi concebida como uma forma de educação.” (ARENDR, 2007, p. 78). Em decorrência disso, a pensadora do século XX indica que a educação não pode desempenhar papel prioritário na política. Mais ainda, a política não tem papel formador na educação. São âmbitos que devem ser separados, para não incorrer no risco de uma doutrinação. Segundo ela, a ideia de começar a partir do âmbito escolar um mundo novo tem traços de ditatorial, como é possível ler no trecho a seguir:

O papel desempenhado pela educação em todas as utopias políticas, a partir dos tempos antigos, mostra o quanto parece natural iniciar um novo mundo com aqueles que são por nascimento e por natureza novos. No que toca à política, isso implica obviamente um grave equívoco: ao invés de juntar-se aos seus iguais, assumindo o esforço de persuasão e correndo o risco do fracasso, há a intervenção ditatorial, baseada na absoluta superioridade do adulto, e a tentativa de produzir o novo como um *fait accompli*, isto é, como se o novo já existisse. Por esse motivo na Europa, a crença de que se deve começar das

crianças se se quer produzir novas condições permaneceu sendo principalmente o monopólio dos movimentos revolucionários de feição tirânico que, ao chegarem ao poder, subtraem as crianças a seus pais e simplesmente as doutrinam. A educação não pode desempenhar papel nenhum na política, pois na política lidamos com aqueles que já estão educados. (ARENDR, 2007, p. 78)

Como fica claro no trecho acima, portanto, a educação em Arendt não lida de maneira direta com a política, tampouco esta última deve intervir sobre ela, para não cair em tendências ditatoriais.

Esta discordância parece possível de ser superada através de um único paradigma: o da liberdade. Para Rousseau, como já afirmamos acima, o governante temporário prepara o estudante para o seu próprio governo, a vivência da autonomia. Em seguida, a autonomia será relacionada por Kant (2007) à liberdade, como uma capacidade de auto legislação, o que parece bastante próximo à vivência do seu autogoverno. Neste sentido, pode-se apontar que em Rousseau o governo temporário é em preparação para a liberdade.

Hannah Arendt é clara neste sentido, compreendendo ser lícito que o aluno aprenda como viver no velho mundo junto a seu professor e, secretamente, ou até de maneira explícita, deseje transformá-lo. Para a autora “o educador está aqui em relação ao jovem como representante de um mundo pelo qual deve assumir a responsabilidade, embora não o tenha feito e ainda que secreta ou abertamente possa querer que ele fosse diferente do que é” (ARENDR, 2007, p. 83). Neste sentido, a educação parece ganhar em Arendt também os contornos políticos, visto que apenas a prática do pensar público e da vida política são meios para que os estudantes transformem o mundo, de fato. É através das ferramentas oferecidas no ambiente educacional para a leitura do mundo que o aluno, já não mais na condição de tutorado, pode, no uso público da razão alterar o mundo. Mas aqui fica claro que, para a autora, essa demanda da ação e da renovação do mundo se dá a partir de um momento posterior em que as novas gerações, após serem preparadas e conhecerem o nosso mundo na escola, poderão no exercício de sua liberdade e autonomia atuar politicamente para transformar as instituições e o mundo comum conforme essa situação do futuro lhes aprouver.

Há espaço na autora para pensarmos a liberdade do educando até mesmo dentro da sala de aula, pois este pode de maneira explícita manifestar sua inconformidade com o atual estado de coisas. Isto não significa que o estudante pode, de maneira pragmática, escolher o que irá estudar. O que irá ser ensinado é previsto a partir do ponto de vista do sentido comum do mundo, tanto do pensamento quanto do labor.

Neste sentido, é importante notar o quanto a perda da autoridade pedagógica nos tempos atuais relaciona-se com a perda de um sentido comum, que Arendt compreende que deve ser conservado. Chama ainda atenção para a nova lógica economicista que se impõe ao mundo, como aponta Almeida (2007), que contribui cada vez mais para a perda desse sentido comum denotado por Arendt. Trata-se de uma lógica utilitarista, pragmática, em que as relações são pautadas em torno das satisfações de necessidades, reais ou artificiais. Nos termos constitucionais a educação tem por responsabilidade a formação para o exercício da cidadania, como também o exercício da profissão. Contudo, em nome do exercício da profissão e da criação de uma escola mais atrativa aos jovens, ocorreu em 2017, por exemplo, a reforma do Ensino Médio onde se observa um evidente apelo ao pragmatismo, que opõe dois âmbitos do mundo, segundo Arendt, o do labor e o do pensamento.

O exemplo do livro de ocorrências, citado na seção anterior, trata da reação de um aluno dentro de uma disciplina específica: a Sociologia. A Sociologia tem como ponto de partida a leitura do mundo e da sociedade, incentivando o pensamento crítico. Porém, a disciplina não produz ganho material nenhum ao estudante no futuro. De fato, o conhecimento das disciplinas da área das Humanidades não é pragmático e, sobretudo, não são úteis ao mundo do labor, especialmente do ponto de vista de quem contrata. Do contrário, um funcionário que conheça seus direitos sociais, trabalhistas, reconheça as desigualdades de gênero, de renda, entre outras, torna-se um problema para o seu patrão na medida em que há nele forte tendência à sindicalização e aglutinação com outros em torno de uma mobilização por melhores condições de trabalho. O relato do livro de ocorrências é incipiente para afirmarmos, mas cabe a seguinte questão: o aluno teria a mesma atitude perante a disciplina de Matemática? Seu pai o teria apoiado se o professor ou a professora estivesse ensinando equação de segundo grau ao invés de Karl Marx, Weber e Durkheim?

Esta lógica pragmática também se impõe à educação na medida em que esta se atrela ao ensino do empreendedorismo, da tecnologia e da inovação. Não se trata aqui de dizer se estas habilidades devem ou não serem ensinadas no ambiente escolar, mas denotar que o cultivo destas competências, incluídas nas diversas etapas do ensino brasileiro pela *Base Nacional Curricular Comum* (2018), responde àquele neotecnicismo empreendedor que entrou na educação.

O Novo Ensino Médio proposto pela BNCC, que permite ao estudante escolher um itinerário sobre o qual deseja se aprofundar, deixando outras disciplinas restritas a uma quantidade menor de carga horária, traz novamente uma relação com a perspectiva neoliberal. Chama atenção para o modo como a educação tem se adaptado cada vez mais à ótica de

mercado, em que o estudante escolhe o que quer ler, o que quer aprender, quantas aulas deve ter e como as aulas devem ser. Nesse sentido, a reforma do Ensino Médio esvazia a missão da educação para a construção de um mundo comum, conheçam o mundo no qual as novas gerações estão entrando. É a partir da exclusão de conteúdos importantes como artes, filosofia, literatura, sociologia, que uma reforma deste tipo interfere e fere a possibilidade de liberdade, entendida como a capacidade de criar algo, tendo em vista a impossibilidade de criação de algo sem a compreensão do seu antecedente, das suas limitações e a realização da crítica dele.

Este projeto de educação que hoje é proposto coloca para o estudante que o único sentido para a vida é o labor. A retirada das disciplinas de humanidades, a seleção de itinerários formativos, implica tão somente na escolha dos estudantes pelo caminho que lhe dê maior retorno financeiro: a formação técnica. Tal formação, na medida em que o exclui do contato e debate daquilo que constitui a humanidade, cria neste indivíduo que surge, um ser atomizado, incapaz de reconhecer a sociedade que recebe de seus pais e da construção de um mundo comum proposto por Arendt. Principalmente, tal educação caminha na contramão da proposta rousseauiana, em que o reconhecimento do bem comum está atrelado à vivência da cidadania.

O novo sujeito social parece caminhar individualmente, sem preocupação com a sociedade que lhe cerca, pois sobre esta parece nada poder fazer. Não sabe o que significa justiça, igualdade, verdade, bem-estar social, pois todos estes termos resumiram-se ao que é útil para ele<sup>26</sup>. A retomada do sentido comum, da educação como formação para a cidadania, para a vida no mundo que está se criando diante dos estudantes, passa pela retomada da autoridade do professor. É preciso que este seja realmente governante temporário, autoridade pedagógica e social, como sugerem os filósofos aqui apresentados.

Em situações de teorias das conspirações que adentram a sala de aula através da cultura audiovisual, torna-se necessário repensar a própria figura do docente, o modo como ele se constitui e que papel deve exercer. Neste sentido, cumpre retomar o modo como Arendt, seguindo fortes indicações platônicas, atrela conhecimento e autoridade. A autoridade pedagógica e social não se apresenta, portanto, como totalitária, que o aluno não pode tornar clara sua inquietação. Por outro lado, o professor precisa ser uma autoridade porque possui conhecimento aprofundado do tema de seu trabalho, como também do mundo em geral, uma vez que ele é representante do mundo diante da criança e do adolescente. Nesse sentido pode-se perguntar sobre quais bases essa autoridade se constitui na sociedade tecnológica atual?

---

<sup>26</sup> Sobre este esvaziamento dos conceitos em prol da utilidade ver a análise de Horkheimer (2002).



Como forma de pensarmos sobre a questão levantada, Guimarães (2008), apoiada na teoria vygotskyana, afirma que a prática docente se baseia na premissa de que no ser humano a dimensão afetiva não é separável da cognitiva, sendo forçoso para o aprendiz a paixão pelo objeto de conhecimento. Esta relação afetiva entre aluno-objeto só é possível a partir da relação afetiva entre professor-objeto, que é demarcada, notadamente, pelo conhecimento profundo que o docente tem do seu conteúdo, desde o ensino primário até o ensino superior.

É notável que este conhecimento, a relação afetiva professor-aluno, aliado a uma boa didática, compreendendo o docente como mediador entre aluno e objeto, enseja no aluno confiança de que o conteúdo tratado em aula é correto e relevante. Desse modo, o uso de canais de *YouTube*, como também de outras redes sociais e tecnologias da informação e comunicação, torna-se meio de aprofundamento consciente, crítico, e deve ser incentivado pelo professor, que conhece de antemão canais que tratam aquela parte do currículo com profundidade e qualidade necessária e suficiente para que os seus alunos aprendam mais.

O artigo de Zuin e Zuin (2020) reforça esta questão das relações professor aluno no cenário do neotecnicismo. Os autores iniciam por indicar que “a elaboração da consciência moral se fundamentou, historicamente, nas contradições presentes nos sentimentos de admiração e crítica do aluno em relação à figura do professor” (ZUIN; ZUIN, 2020, p. 3). A partir de Freud, os autores apontam a maneira como os professores se relacionavam não somente com o aprendiz dos conteúdos de maneira sistemática tendo em vista a pontuação numa avaliação, mas sobretudo o modo como estes conteúdos se introjetam na vivência do aluno. Mídia digital alguma é capaz de substituir a presença do professor em sala de aula, do mesmo modo que é impossível renunciar ao uso das novas tecnologias no Ensino. A questão é colocá-las como instrumentos, como *meio* para a educação, não como o *fim* da própria educação, reforçando a centralidade da autoridade docente, das decisões que este toma e do modo como aborda o objeto de conhecimento, no processo educacional.

Do ponto de vista do preparo dos alunos para a vivência nas redes digitais, é forçoso que o professor seja conhecedor das ferramentas. Como pode se afirmar a partir do texto de Hannah Arendt, o professor precisa ter extenso conhecimento do mundo que ele representa. Com isso, diante do contexto em que vivemos, ele precisa dominar o uso da internet, conhecer os sites, seu funcionamento. O que se encontra hoje em sala de aula são professores que possuem limites em sua formação cultural e tecnológica, pois correm o risco de não terem incorporado conhecimentos sobre o mundo que surgiu desde quando terminaram a formação inicial de licenciaturas. Nesse sentido, acredita-se que o professor necessita de conhecimento

sobre o mundo em que ele vive, formação política e cultural e inclusive domine as tecnologias digitais, de modo a auxiliar seus estudantes na entrada para este mundo.

No contexto pandêmico, em que houve a necessidade de realizar o distanciamento social e, por conta disso, as escolas foram fechadas, o analfabetismo digital por parte dos docentes ficou cada vez mais escancarado. Por vezes, a dificuldade de professores com as novas ferramentas digitais também contribui para que alunos que têm como acessar a rede e acompanhar a aula de maneira síncrona, não o tenham realizado. O docente não sabe como utilizar a plataforma, tornando toda a ação comunicativa mais confusa para o discente. Instituições como as secretarias estaduais e municipais de ensino, como também as próprias universidades, foram obrigadas a oferecerem a seus docentes cursos de como se utilizam as plataformas de mediação educacional através da tecnologia. De fato, o professor perde muito de sua autoridade quando, diante da ferramenta educacional, mostra-se com dificuldades, em especial no ensino básico.

Por outro lado, é necessário atentar para o modo como se estrutura a prática docente, sobretudo na Educação Básica. Uma vez que os professores não têm bons salários, devido à precarização que a categoria vem sofrendo através dos anos, torna-se necessário para eles um maior número de aulas, chegando a 30 ou 40 horas semanais em sala de aula. Ainda que este docente possua uma formação inicial de excelência, em que momento poderá realizar, com qualidade, sua formação continuada? Em que momento o docente pode realizar a tarefa de pensar e criar atividades pedagógicas que incorporem os recursos tecnológicos? É pouco provável que a situação educacional melhore sem haver, da parte dos governantes e da sociedade, uma valorização do trabalho docente, tendo em vista uma melhoria de sua capacitação, se afastando da ideia de professores como técnicos programados cujo único objetivo é o reprodutivismo, ser rentável, e enxergando-os como autoridade pedagógica e social.

Do mesmo modo, como um professor que está já no fim de sua carreira terá incentivo para se atualizar quanto às novas ferramentas digitais? Alguns conseguem, a partir do auxílio de seus filhos(as) e netos(as) cumprirem com as tarefas que a escola propõe que sejam feitas digitalmente (por exemplo, o preenchimento do diário de classe), mas é incapaz de pensar sobre segurança digital, ou até mesmo sobre *fake news*, consumindo este conteúdo acriticamente. É preciso investir-se em alguma política pública para que professores se atualizem quanto a isso. Neste sentido, o Estado de São Paulo lançou em 2020 o *Programa Computador do Professor*<sup>27</sup>,

---

<sup>27</sup> Decreto nº 65.231, de 07 de outubro de 2020 e Resolução SEDUC nº78, de 27-10-2020.

iniciativa tomada diante da situação pandêmica que escancarou a falta de dispositivos e é um auxílio para que os professores se alfabetizem digitalmente<sup>28</sup>. E acreditamos ser útil ressaltar que não basta o acesso aos equipamentos e acesso às plataformas de comunicação e de informação. Assevera-se que é necessário um investimento na formação pedagógica, nos processos didáticos que incorporem a mediação tecnológica pois a conquista da autoridade docente também se dá pelo saber fazer, ou seja, pelo domínio do processo pedagógico e didático como já foi evidenciado no pensamento educacional de Rousseau.

Acreditamos ser possível recuperar a autoridade docente nos moldes do elo pedagógico tradicional em que o professor é autoridade e governante da experiência educacional ofertada aos estudantes. Entretanto, não há como retornar aos moldes de professor e estudantes do passado, pois as estruturas sociais de comunicação e informação foram alteradas pela dinâmica concorrencial mercadológica do capitalismo globalizado. A falsa ilusão da ideologia neoliberal de uma sociedade pautada no permissionismo, ausência de regras morais, hedonismo e liberalismo sem limites não combinam com os ideais de sociedade democrática e de construção de um mundo comum conforme idealizavam Rousseau e Arendt.

Mas é possível dar novo sentido às práticas pedagógicas, demonstrando ao estudante que o aprendizado realizado no âmbito escolar não se reduz à técnica, à preparação para o labor, ao pragmatismo mercantil, mas implica pensamento, formação cidadã, construção da autonomia e da liberdade para que as novas gerações possam criar um mundo novo.

## **5 Considerações finais**

Após a exposição de algumas referências teóricas e problematizações sobre o tema da autoridade docente, cumpre agora retornar à pergunta problema apresentada na introdução deste artigo, a saber, entre o passado e o futuro, quais os desafios se colocam para o exercício do papel do educador do presente?

Como considerações a respeito deste problema começamos por afirmar que a racionalidade neoliberal vem influenciando as escolas através do neotecnicismo empreendedor, e que as tecnologias digitais se tornaram centro tanto da socialização, como também da prática educacional. Desse modo tornou a educação cada vez mais pragmática, utilitarista, como mostram Zuin e Zuin (2020) e conforme já havia sido diagnosticado por de Hannah Arendt em

---

<sup>28</sup> Portal do Governo de São Paulo. Programa computador do professor. São Paulo, 11 de mar. de 2021. Disponível em <<https://deadamantina.educacao.sp.gov.br/programa-computador-do-professor/>>. Acesso em: 16 de jun. de 2021.

“Crise da educação”. Estamos diante da perda do sentido comum de mundo, do espaço de construção da formação cultural e política, em favor da técnica, do trabalho e do lucro. Desta forma, o papel do professor como representante de um mundo comum diante dos estudantes torna-se cada vez mais desafiador. Além disso, o neotecnicismo atribui ao acesso às tecnologias de informação e comunicação o papel central da socialização, como já dissemos, em detrimento do aprendizado de valores cidadãos e princípios éticos que ficam em segundo plano.

Diante destas novas situações, a filosofia de Arendt e Rousseau parecem apontar alguns caminhos para respondermos à questão proposta em nossa introdução. De Rousseau podemos apreender o papel do educador governante, que apresenta ao estudante o meio em que este vive, levando-o a uma experiência que o encaminhe para a autonomia e para o exercício da liberdade. Neste sentido, em um período em que os meios digitais se tornaram parte do cotidiano, cabe ao docente introduzir os estudantes neste meio. No entanto, isso não significa a permissividade, mas é preciso que se ensine as regras do convívio digital, as normas de segurança em rede etc. A BNCC parece ressoar estas noções rousseauianas na medida em que traz, como critério geral de toda a educação básica, que o estudante precisa “Compreender, utilizar e criar tecnologias digitais de informação e comunicação de forma crítica, significativa, reflexiva e ética nas diversas práticas sociais” (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2018, p. 9).

Em Arendt, através da autoridade docente pautada no conhecimento, podemos encontrar luzes para uma vivência em sala de aula que inspire confiança aos alunos. Além disso, cumpre ao professor motivar os alunos na tarefa do *pensar*, como forma de exercer a sua liberdade. É necessário que o discente receba um mundo velho, do qual o seu professor é representante exímio, tendo em vista seu conhecimento, mas também que seja incentivado a pensar as novas possibilidades de mundo, através do sentido comum recebido em sala de aula e da criação de novas possibilidades de fortalecimento da construção da dignidade humana por meio da esfera da política, tarefa que as novas gerações poderão assumir.

Entretanto, com o processo de democratização de acesso às mídias digitais entendemos que não haverá retrocesso ao elo pedagógico tradicional. As relações entre professor e aluno foram modificadas, não sendo possível retornar ao molde educacional anterior, da pesquisa realizada na biblioteca, do monopólio da informação e do conhecimento na figura do professor. Contudo é preciso reafirmar que a relação professor-aluno é decisiva para o processo de formação do estudante. O aluno, quando desconsidera a autoridade formativa do professor, substituindo-a pela cultura do audiovisual, obstaculiza a constituição de sua própria consciência moral, impedindo que a educação promova seu objetivo constitucional, que é o do desenvolvimento pleno da pessoa humana e a formação cidadã.

Diante disso, é preciso ressignificar a autoridade do professor. Como aponta Zuin e Zuin (2020), o papel do professor implica em impelir os alunos à pesquisa, a coleta de dados, sua filtragem e elaboração crítica. Por conta disso, é preciso reafirmar a postura do educador como governante, autoridade social e pedagógica, como defenderam Rousseau e Arendt. A educação é, portanto, decisiva na formação do indivíduo e o professor poderá continuar exercendo um papel significativo dentro deste processo.

### Referências:

ALMEIDA, V. **Educação e liberdade em Hannah Arendt**. Educação e Pesquisa, São Paulo, v.34, n.3, p. 465-479, set./dez. 2008. pp. 465-479.

ARENDT, H. **Entre o passado e o futuro**. São Paulo: Perspectiva, 2007.

\_\_\_\_\_. **Origens do totalitarismo**. Tradução de Roberto Raposo. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2018. Regra Geral.

\_\_\_\_\_. **Constituição (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil.

CAMPOS, L.; LASTÓRIA, L. **Semiformação e inteligência artificial no ensino**. Pro-Posições, Campinas, v. 31, n. 1, p. 1-18, fev. 2020.

CRIOLO. **Menino mimado** (2017). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=f28vdAn5TBU>. Acesso em 23/02/2021.

GRUSCHKA, A.; ZUIN, A. **A invasão do smartphone na sala de aula: sobre a autoridade do professor, violência, o privado e o público no ensino**. Devir Educação, Lavras, v. 4, n. 1, p. 199-221, jan./jun., 2020.

GUIMARÃES, D. **A afetividade na sala de aula: as atividades de ensino e suas implicações na relação sujeito-objeto**. 2008. 148 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2008.

HORKHEIMER, M. **Eclipse da razão**. São Paulo: Editora Centauro, 2002.

JAEGER, Werner. **Paideia: a formação do homem grego**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

KANT, I. **Fundamentação da Metafísica dos Costumes**. Lisboa: Edições 70, 2007.

LE GOFF, Jacques. **Os intelectuais na Idade Média**. Rio de Janeiro: José Olympio, 2003.

MANACORDA, M. A. **História da Educação: da Antiguidade aos nossos dias**. 12. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

PEREIRA, A.; ZUIN, A. **Autoridade enfraquecida, violência contra professores e trabalho pedagógico**. Educar em Revista, Curitiba, v. 35, n. 76, p. 331-351, ago. 2019. FapUNIFESP (SciELO).

ROUSSEAU, J. J. **Emílio, ou, Da Educação**. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

\_\_\_\_\_. **O contrato social**. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

WENDT, C.; DALBOSCO, C. **Iluminismo pedagógico e educação natural em Jean-Jacques Rousseau**. Educação, Santa Maria, v. 37, n. 2, p. 229-240, maio/ago. 2012. pp. 229-240.

ZUIN, V.; ZUIN, A. **A autoridade pedagógica diante da tecnologia algorítmica de reconhecimento facial e vigilância**. Educação & Sociedade, Campinas, v. 41, p. 1-15, 2020.